

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Pasto Agro Pecuário de Conguçu, Rio Grande do Sul, Trigal.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
MAIO - JUNHO, 1950

# 2 1/2 HECTARES em 10 horas

é quanto ara, em média, o **TRATOR FORD**

*O trator de menor custo  
e maior rendimento!*

Resultado da experiência na construção de mais de 1.300.000 tratores, o Trator Ford é simplíssimo no manejo, econômico na operação e extraordinário no rendimento. Mecanize sua lavoura com Ford, o trator de menor custo e maior rendimento! Peça informações ao Revendedor Ford.



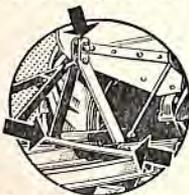
Arado de discos Dearborn, montado como parte integrante do trator Ford — e não de arrasto. Com 2 discos, faz o serviço de 3.



Arado reversível Dearborn, para trabalhar em morros. Trabalha também como sulcador, abaixando-se os 2 alvéolos.

## O TRATOR FORD EXECUTA SERVIÇOS LEVES OU PESADOS

Graças ao novo sistema Ford, de Engate em 3-Pontos, a tendência do implemento levantar, ao encontrar a resistência do solo, é transformada em maior aderência das rodas traseiras, o que aumenta sua força de tração, igualando-a à de tratores mais pesados.



### Assistência FORD

em todo o Brasil, inclusive treinamento de tratoristas. Peças vitais intercambiáveis com caminhões e carros Ford.

### Algumas vantagens do Contrôlo Hidráulico Ford

Permite transportar os implementos suspensos do solo, executar curvas fechadas e regular automaticamente a profundidade do implemento.



Ford é o único trator que tem os implementos DEARBORN — para todos os trabalhos agrícolas.



FORD MOTOR COMPANY



SÃO PAULO — Uma fazenda de café (vista parcial)

## S U M Á R I O :

Novo junho 1950

Possibilidades Técnicas de Cultura — <b>Prof. Arthur Torres Filho</b> .....	3
O Trigo Brasileiro — <b>Kurt Repsold</b> .....	6
Segunda Conferência Nacional Algodoeira .....	13
Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais .....	14
O Cooperativismo, a Escola de Nimes e seus fundamentos — <b>Fábio Luz Filho</b> .....	16
Alguns dados sobre a cultura do Milho e do Arroz no Estado de Minas Gerais — <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	18
Organização da Classe Rural .....	20
A visita de um grande técnico Laticinista Uruguaio ao Brasil — <b>Otto Frensel</b> .....	24
O Banco do Brasil e o Crédito Agrícola e Industrial .....	29
Um bom amigo das letras — <b>Edith Magarinos Torres</b> .....	38
O Plano Salte .....	41
Educação e Assistência Social às Populações Rurais — <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> ..	47
Os Morcegos Chupadores de Sangue. (Seu papel na transmissão da raiva) — <b>José Norberto Macedo</b> .....	49
A Situação da Companhia Siderúrgica Nacional .....	51

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

<b>Presidente Perpétuo</b>	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
<b>Presidente Benemérito</b>	— DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
<b>Presidente de Honra</b>	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
<b>Presidente</b>	— ARTHUR TORRES FILHO
<b>1.º Vice-Presidente</b>	— LUIZ SIMÕES LOPES
<b>2.º Vice-Presidente</b>	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
<b>3.º Vice-Presidente</b>	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
<b>1.º Secretário</b>	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
<b>2.º Secretário</b>	— ADAMASTOR LIMA
<b>3.º Secretário</b>	— EURICO SANTOS
<b>4.º Secretário</b>	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
<b>1.º Tesoureiro</b>	— KURT REPSOLD
<b>2.º Tesoureiro</b>	— OTTO FRENSEL
<b>Secretário-Geral</b>	— LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TJADER
ANTONIO BARRETO	— JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

## A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

**Conselho Federal do Comércio Exterior** (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão de Acordos Comerciais com o Exterior** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

MAIO - JUNHO DE 1950

## Possibilidades Técnica de Cultura

*Para o esclarecimento deste assunto importante de economia rural, impõe-se uma distinção, quer se trate de encará-lo em vista de uma agricultura extensiva, ou de uma agricultura intensiva.*

*A desproporcionalidade da população, em relação com a superfície territorial, faz-nos compreender a impossibilidade, por muito tempo ainda, do regime intensivo da agricultura. Entretanto, nota-se a tendência para a formação da pequena propriedade, mórmente nas regiões colonizadas.*

*Não é justificavel o emprego de grandes capitais, em países de pequena população, por quanto seu rendimento será tanto menor quanto maior a acumulação no mesmo terreno. Encontra-se, nos Estados, grande variedade de climas e terrenos prestando-se a quase todas as culturas, isto dependendo do lugar e da estação da plantação. Para que não nos sujeitemos a decepções em agricultura, devemos fazer um exame meticoloso, nos seus detalhes todos, das condições pedológicas e climatéricas da região onde vamos operar. A principiar, temos que considerar a origem geológica do solo, o seu estado de divisão, a sua fertilidade, examinando com perfeição todas as condições agrológicas. Como critério na apreciação da força produtiva do solo e dos produtos líquidos de que é suscetível de fornecer, podemos alcançar úteis conhecimentos no exame dos vegetais espontâneos, dos animais, o aspecto das plantas lenhosas, a altitude do terreno, a sua exposição, a sua inclinação, o rendimento médio das culturas, como o seu valor locativo e venal. Uma vez feito tal estudo, segue-se o exame de todos os fatores climatéricos favoráveis ou nocivos à cultura: a natureza das fontes, a máxima e a mínima de temperatura, o regime*

*Prof. Arthur Torres Filho  
Presidente da Sociedade Nacional de  
Agricultura*

*da chuva e dos ventos, a freqüência ou não de tempestades, etc. A topografia do lugar influi de um certo modo decisivo na adaptação de culturas. Vejamos este ponto interessante, aliás em muita ligação com o nosso país por ser ele acidentado. Há, todavia, um meio termo que precisa ficar bem esclarecido. Quando os declives são muito pronunciados, ultrapassando 0,05 m. por metro, os trabalhos de cultura tornam-se difíceis e sobretudo onerosos; e, se excedem de 45, o local só poderá permitir a cultura de pastagens ou a de vegetais lenhosos, florestamento. Em caso contrário, percebe-se quais não seriam as desvantagens das culturas anuais; as águas precipitando-se com impetuosidade pela superfície em declive, arrastariam a parte móvel do solo, a mais rica e ativa; a natural esterilidade do terreno que se semelhante fato sobreviria, importa a restituição da fertilidade, cujo acréscimo de despesas se pôde bem aquilatar. Por outro lado, os solos sem inclinação e apresentando um sub-solo impermeavel, dão lugar ao acumulo da agua à superfície, vindo as plantas a sofrer de um excesso de humidade nas raízes. Em relação com a inclinação da superfície, dividiremos os terrenos em planícies, vales, encostas e planaltos. As planícies, embora no geral ofereçam as fórmias mais variadas para a execução dos trabalhos aratórios, nelas, entretanto, é que vamos ver quase sempre as mais fácies e importantes explorações. Quando localizadas em fortes altitudes, são denominadas planaltos que, bons para a cultura, oueram às vèzes a produção, devido às dificuldades de transporte. No*

geral, prestam-se mais à criação. Os vales com pouca inclinação, como as planíceis, apresentam superfícies muito produtivas.

Distinguem-se segundo são ou não submergidos todos os anos. No primeiro caso, preponderam as vantagens para a criação pela razão de terem prados naturais; no segundo, faceis como são de cultivar, são consagrados a culturas várias. As encostas bem expostas podem ser aproveitadas com as culturas (a videira por exemplo) que não facilitem a erosão pela ação das águas.

Acontece que as superfícies nas proximidades das montanhas são muito irregulares, não se adaptando com vantagem às culturas herbáceas. As colinas com forte inclinação não devem ser relegadas à categoria de terrenos imprestáveis, sendo utilizáveis seja para pastagens, seja para o cultivo de vegetais lenhosos. Não temos o cafeeiro que trouxe forte contingente para o aproveitamento dos nossos terrenos montanhosos? As árvores frutíferas, as essências florestais, enfim, as culturas arbustivas, bem como as pastagens, racionalmente tratadas, transformam em elementos preciosos de progresso e de felicidade para o homem — terrenos de aparência inúteis. Até há bem pouco tempo, estava a agricultura brasileira relegada à categoria de assunto pouco digno da preocupação intelectual dos nossos homens. Hoje, já se não poderá dizer outro tanto, mesmo porque inúmeros são os intelectuais que se dedicam aos problemas agrícolas e a todos os instantes vemos surgir idéias alvitreiras pela imprensa, revelando capacidades até então desconhecidas...

Não sei com que fundamento, por ver que ainda nos escapam os justos elementos de apreciação, com poucas exceções, ouve-se falar, como sendo panacéia para a situação da agricultura do País, na urgência da implantação da policultura. Tal idéia tem mesmo contaminado alguns administradores, levando-os com atos e medidas, a engrossar as fileiras dos novos reformadores.

O solo é bom, o clima oferece vantagens, a produção foi abundante, a julgar-se pela primeira colheita — eis uma cultura que deve ser amparada, consumindo-

se com uma iniciativa julgada com superficialidade somas às vezes consideráveis. Mas até aí parará o lado agrícola da questão? Não ficam faltando para um julgamento cauteloso muitos outros fatores locais, como sejam: o rendimento da cultura, a qualidade do produto, os gastos da preparação, as despesas de transporte e outras, vindo a fazer face ao valor alcançado pelo produto no mercado? As culturas não têm exclusivamente limites naturais, mas também econômicos. Estudadas com perfeição as condições referidas, convirá sempre procurar-se uma boa renda territorial ordinária, senão extraordinária ou de privilégio. Para alcançar-se tal fim é preciso critério, é preciso orientação, impondo-se um estudo prévio, traçando uma diretriz segura aos agricultores.

Como um meio bastante eficaz e prático, reconhece-se hoje a vantagem dos modestos campos de experiência, demonstração e cooperação, cujo fim essencial consiste em difundir as práticas racionais e econômicas, de acordo com as condições locais.

Não há ligação de sinonímia entre as duas expressões correntes "campo de experiência" e "campo de demonstração". No primeiro, as experiências assumem o caráter de alta experimentação agrícola, na sua forma francamente superior, em que se consome muito dinheiro, pouco resultado produzindo, como: ensaios de processos novos, trabalhos experimentais, por exemplo, a determinação do grão de ação de uma ou várias substâncias fertilizantes, o valor ou não de uma dada cultura, etc...

Deles só se poderão encarregar técnicos de notável valor. Nos campos de demonstração, pelo contrário, nada se vai ensaiar, mas pôr em evidência o que a experiência periciosa confirmou, tendo-se por fim principal ensinar pelo exemplo aos agricultores, dando-lhes a confirmação dos maiores lucros, pela aplicação dos nossos conhecimentos adquiridos e da situação econômica do país.

Os trabalhos dos campos de demonstração devem impor-se pela eloquência dos resultados econômicos, porquanto não se trata de experiências, que absorvem di-

*nheiro fóra de propósito com a missão que têm de, no terreno da prática, evidenciar o que foi obtido no domínio da experiência. Pondo em destaque o valor dos campos de demonstração, não quero diminuir a transcendência das estações experimentais, podendo-se grupar em tres categorias a natureza dos ensaios que nelas se efetuam: sobre adubos, sobre variedades novas ou selecionadas, enfim, sobre os diversos fatores da produção vegetal.*

*No momento atual poder-se-ia dispensá-las, merecendo maiores cuidados os campos de demonstração. Não faltariam agricultores que puzessem terrenos à disposição do governo para esse mister elevado, restringindo-se os gastos e cumprindo-se com o mais patriótico e benemérito programa — instruir os nossos valorosos agricultores, que, com o seu esforço supremo e amor acrisolado ao trabalho, têm sido os pioneiros das nossas liberdades políticas. Eles e só eles poderão fazer a nossa futura grandeza econômica.*

## BIBLIOTECA ARTHUR TORRES FILHO

Do Sr. J. Protásio Bogéa, chefe da Agencia do Serviço de Economia Rural do Ministerio da Agricultura, na Bahia, recebeu o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o seguinte officio:

### “MINISTERIO DA AGRICULTURA

Cidade do Salvador, em 28 de abril de 1950. Do Chefe da Agência do Serviço de Economia Rural. Ao Sr. Dr. Arthur Torres Filho. Assunto: Sôbre denominação de Biblioteca.

Tendo este Serviço organizado uma Biblioteca, para consulta dos funcionários desta Repartição a qual já conta com numerosas e valiosas obras sôbre vários assuntos de história, agricultura, economia, etc., achei por bem denominá-la com o vosso nome, como uma homenagem ao mérito e aos relevantes Serviços que tendes prestado à agricultura e à economia rural do nosso país, para o que peço a vossa aprovação.

Certo de que emprestareis o vosso valioso concurso a essa nóvel Biblioteca, apresento os meus protestos de alta estima e consideração.”

## TRISTE, MUITO TRISTE,

**lamenta o camponez a sua sorte!**



**N**ÃO pode trabalhar, sente palpitações, canseira, dôres e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de Amarelão ou Opilação, molestia prontamente curavel com

# ANKILOSTOMINA

## FONTOURA

REMEDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



# O Trigo Brasileiro

Sem ser preciso remontar ao século XVII, quando o Brasil foi exportador de trigo, é indispensável, entretanto, para perfeita compreensão da relevância do problema dêsse cereal, fazer uma sucinta resenha histórica.

Desde a sua criação e sempre na medida de suas possibilidades, vem o Ministério da Agricultura incentivando a produção de trigo no território nacional.

Posto que dispondo de recursos muito exíguos e sem a organização de planos metodizados de fomento e de pesquisas agrônômicas, diversos Ministros da Agricultura procuraram equacionar o problema e dar-lhe solução. Dentre êsses ilustres titulares justo é salientar os nomes de Pedro de Toledo, Miguel Calmon e Lira Castro.

Anteriormente ao atual governo, porém, somente duas campanhas em larga escala, visando um rápido desenvolvimento da triticultura entre nós, foram levadas a efeito. A primeira teve lugar na gestão do Ministro Simões Lopes, em 1920, quando foram criadas as estações experimentais de Ponta Grossa, no Paraná e Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul. Depois disso, somente em 1937, sob a administração do Ministro Odilon Braga, conseguiu o Ministério da Agricultura condições para um trabalho intensivo nesse setor, condições essas decorrentes da Lei n.º 240, que autorizava o Poder Executivo a tomar medidas necessárias à expansão da triticultura e criava uma taxa que incidia sobre o trigo importado. Dessa situação prevaleceu-se o Ministro Fernando Costa para dar novo e vigoroso impulso ao desenvolvimento tritícola, promovendo uma campanha de fomento e criando as estações experimentais de Curitiba, no Paraná; Rio Caçador, em Santa Catarina; Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Ipanema, em S. Paulo e Patos, em Minas Gerais.

O surto daí resultante perdurou, com alternativas, até 1943, quando entrou em vigor o denominado Convênio de Buenos Aires, com o qual assumimos o compromisso de não mais proceder à mistura da farinha de trigo com fécula de mandioca. Os prejuízos decorrentes dêsse ato subi-

KURT REPSOLD

Diretor Técnico de "A Lavoura"

ram a centenas de milhões de cruzeiros, desaparecendo com êle, virtualmente, a florescente indústria da raspa da mandioca.

## SITUAÇÃO EM 1946

Já em 1945, com o término da última guerra, começáramos a sentir os primeiros efeitos das restrições, cada vez maiores, que passariam a nos ser impostas pelo nosso tradicional mercado abastecedor de trigo — a Argentina.

As cotações do trigo em grão, que vinham, naquela época, oscilando entre 7 e 11 pesos por quintal métrico, f.a.s. portos de Buenos Aires, Baía Blanca e Necochea, passaram rapidamente para 13,50 e, logo a seguir, para 15 pesos.

A par dêsse aumento de preço, que se acentuaria muito mais ainda, verificavam-se sensíveis reduções nos embarques de trigo argentino, com notáveis prejuízos para o nosso abastecimento.

Objetivando a solução dêsse estado de cousas, que se agravava de dia para dia, foram promovidos entendimentos que resultaram na vinda de uma missão argentina, que, verbalmente, assumiu o compromisso de fazer enviar para o Brasil, mensalmente, 100.000 toneladas de trigo, volume êste considerado como o mínimo indispensável para atender ao nosso consumo. Assentado foi, igualmente, que o preço pelo qual deveríamos pagar êsse trigo, seria aquele que resultasse o mais baixo em suas vendas para qualquer outro país, no mês anterior.

Desta forma, já para as primeiras 100.000 toneladas remetidas, o preço foi de 16 pesos por quintal métrico. Daí por diante, não houve mais contenção possível e o preço foi sendo majorado sucessivamente para 25, 30, 35 e 60 pesos, pela mesma quantidade.

Em progressão inversa, as 100.000 toneladas mensais que deveriam ser remetidas, passaram a ser reduzidas de tal ma-

neira, que em longos períodos, não recebemos, sequer, 50% dessa tonelagem.

Nova missão argentina nos visitou em 1946, resultando inúteis todas as tentativas feitas no sentido de ser conseguida a normalização desse comércio, mesmo com os maiores sacrifícios de nossa parte.

Convém lembrar aqui, que o nosso consumo de trigo "per capita" é dos menores do mundo. Em 1935, que é o último ano de que se possuem estatísticas comparadas de consumo, entre os maiores consumidores, os coeficientes individuais foram:

França.. . . . .	127,8
Bulgária.. . . . .	118,8
Itália.. . . . .	111,6
Argentina .. . . . .	104,6

e entre os menores consumidores:

Estônia.. . . . .	35,1
Polônia.. . . . .	31,6
União Sul-Africana . . . . .	22,5
Brasil.. . . . .	22,0
Índia.. . . . .	15,2
Japão .. . . . .	10,7

Em face do que ocorreu no ano de 1946, isto é, a vertiginosa ascensão dos preços do trigo e a diminuição das quantidades recebidas, verdadeiro tumulto se estabeleceu no comércio desse cereal. Proliferaram as firmas que passaram a importar farinha de trigo dos Estados Unidos, do Canadá e do Uruguái. Vale lembrar o fato de que, até 1944, o número de firmas comerciais habitualmente importadoras de farinha de trigo não excedia a 200 e que esse número chegou a ultrapassar a 2.000.

Enquanto isso, nas maiores cidades brasileiras, intermináveis filas estendiam-se à frente das padarias, horas sem fim.

Este, em largos traços, era o quadro existente, quando assumiu a pasta da Agricultura o Ministro Daniel de Carvalho.

#### A ATUAL CAMPANHA DO TRIGO

Em virtude da gravidade de que se revestia o problema, resolveu o Governo, já em fins de 1946, dar início a uma campanha visando conseguir um rápido e ponderável aumento de nossa produção de trigo, e assim, criar as bases para libertar o país, em definitivo, de situações constrangedoras como a então reinante.

Fazia-se mistér, antes de tudo, naque-

la oportunidade, reanimar a confiança de nossos tricultores e promover os meios para dar uma demonstração convincente de que o Brasil, quando realmente o quizesse, poderia produzir o trigo de que necessita para seu abastecimento interno.

Partindo dessas duas premissas, foi o problema detidamente estudado, evidenciando-se, desde logo, a necessidade da coordenação de todos os recursos e esforços de que podessem dispor os órgãos federais e estaduais, a fim de dirigi-los no sentido de uma rápida e eficaz reação da produção tritícola.

Com primeiro passo, foi feita a escolha das regiões onde a atuação deveria ser concentrada, prevalecendo o critério de que nos primeiros anos seriam eleitas, apenas, as zonas onde as culturas de trigo já se vinham fazendo com regularidade, isto é, aquelas de condições ecológicas comprovadamente favoráveis à cultura e que dispunham de material humano apto.

Deliberado ficou, igualmente, que os trabalhos experimentais tivessem prosseguimento em ritmo mais intenso, o que, felizmente, vem acontecendo, com a participação de técnicos nacionais e estrangeiros. Os resultados dessas atividades experimentais, podem parecer, aos leigos, como mesquinhos; eles são, entretanto, basilares para o evoluir de nossa triticultura.

Na mesma ocasião, depois de um rigoroso balanceamento de todos os elementos aproveitáveis, ficou deliberado que o fomento à produção do trigo voltasse a ser atribuição da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, que o executaria em estreita colaboração com o Serviço de Expansão do Trigo e com as Secretarias de Agricultura dos Estados tritícolas, obedecendo a um programa que teria como pontos essenciais:

- a) — sementes, sua produção, tratamento, guarda e distribuição;
- b) — prestação de serviços de preparo do solo, plantio e colheita, e venda de máquinas para essas operações;
- c) — armazenamento;
- d) — defeza da produção, inclusive, fixação do preço mínimo; e
- e) — industrialização, visando a criação da indústria moageira nas proximidades dos centros de produção.

A partir de fins de 1946, vem esse programa sendo executado, com o rigor permitido pelos recursos financeiros disponíveis.

Assim, já em 1947, foram distribuídos aos agricultores 1.489.031 quilos de sementes de trigo. Em 1948, essa distribuição atingiu a 2.217.280 quilos e, em 1949, foi além de 3.000.000 de quilos, convindo notar que nessas quantidades não estão incluídas as sementes distribuídas diretamente pelos serviços estaduais. A partir de 1948 todas essas sementes foram produzidas em campos oficiais ou em "culturas fiscalizadas".

No tocante à mecanização da triticultura, também foi muito intenso o trabalho desenvolvido.

Seguramente 30 milhões de cruzeiros em máquinas agrícolas foram entregues à lavoura tritícola. Nos anos de 1947 e 1948, para citar somente as máquinas mais pesadas e de custo unitário elevado, foram encaminhados para essa atividade 301 tratores e seus implementos, 683 semeadeiras, 305 ceifadeiras e 549 trilhaadeiras, inclusive 40 combinadas. A fim de que se possa fazer uma idéia do quanto representam essas máquinas, vale esclarecer que a pequena parte reservada para os trabalhos do Ministério da Agricultura permitiu elevar a capacidade diária de colheita da Divisão de Fomento, de 18.560 sacos em 1947, para 65.260 sacos, em 1948.

Foram, ainda, remetidos e instalados nos estados sulinos 40 silos metálicos, com a capacidade de 60 toneladas cada um e construídos 4 grandes armazéns, localizados em Erechim, Getúlio Vargas, Carasinho e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Além disso, foram as repartições executoras aparelhadas com numerosos caminhões, "pick-ups" e "jeeps", para que as máquinas e o pessoal pudessem ser deslocados de um ponto para outro, com a facilidade e a rapidez que as necessidades exigissem.

Paralelamente a essas providências, instalaram-se em pontos centrais das regiões produtoras de trigo, nada menos de 55 Postos Agropecuários, devidamente aparelhados para atender a um intenso fomento dessa cultura, dispondo até de oficinas para a conservação e reparação da maquinária.

Para a realização dessas e de muitas outras medidas, objetivando a expansão tritícola, recebeu o Ministério da Agricul-

tura, em 1947, da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, o crédito de 12 milhões de cruzeiros, do qual a Divisão de Fomento da Produção Vegetal aplicou 9 milhões, acrescidos de mais 4 milhões, estes de seus próprios recursos orçamentários. Os 3 milhões restantes daquela dotação foram empregados pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, em seus trabalhos experimentais.

Em 1948, para continuação e ampliação dos trabalhos, foi elaborado cuidadoso programa, prevendo uma despesa total de 60 milhões de cruzeiros a serem concedidos pela mesma Comissão de Financiamento da Produção. Dessa importância, todavia, foram entregues ao Ministério da Agricultura, apenas, duas parcelas de Cr\$ 24.400.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00, num total de Cr\$ 44.400.000,00, isto respectivamente, em março e agosto.

Como é obvio, este fato causou sérios transtornos ao desenvolvimento da campanha, vez que, o problema tritícola é um todo harmonioso, composto de fases interdependentes, que precisam ser consideradas com igual intensidade e solucionadas coordenada e concomitantemente. Qualquer alteração de ritmo, em uma ou mais destas fases, só poderia resultar prejudicial ao conjunto. Com a concessão parcelada e incompleta dos recursos previstos, teve o Ministério da Agricultura de ir resolvendo os aspectos mais urgentes e protelando aqueles que, embora essenciais, poderiam suportar pequenos adiamentos. E, dessa forma, não puderam ser completadas partes importantes do programa de 1948, tais como a instalação de postos de sementes providos de aparelhamento de secagem e expurgo e a construção de uma bem localizada rede de armazéns.

Em 1949, não recebeu o Ministério da Agricultura, em créditos especiais, um centavo sequer para o prosseguimento da campanha do trigo. Ainda assim, merecê de ingentes esforços, pode continuá-la, embora em escala bem mais reduzida.

Aplicou o Governo, nessa campanha, em recursos especiais, por intermédio do Ministério da Agricultura, a importância total de Cr\$ 56.400.000,00, da qual, boa parte voltou aos cofres públicos, como produto da venda de máquinas e sementes, e outra parte, também ponderável,



Colheita de trigo no Paraná com uma "Combinada"



**CULTURA DE TRIGO EM MINAS**

— Trigo maduro, sendo examinado por técnicos do Ministério da Agricultura. —

permaneceu como patrimônio da União.

Merece destaque, ainda, a decidida cooperação prestada pelos moageiros durante os três anos dessa campanha, quer promovendo facilidades para o normal escoamento da produção, e quer, concedendo auxílio financeiro para a intensificação dos trabalhos experimentais. Nessa colaboração repousam de certo modo, as possibilidades de êxito do empreendimento, sendo lícito esperar-se, portanto, não sofra solução de continuidade, mesmo que outras venham a ser as condições do mercado internacional.

Com o desenvolvimento do programa exposto, em cuja execução, é de justiça salientar a intensa colaboração das Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como, do Banco do Brasil, verificou-se o crescimento da produção do trigo nacional, que, de 170.586 toneladas, em 1944, passou para 405.135 toneladas, em 1948 e aproximou-se de 500.000 toneladas, em 1949.

A fim de que se possa fazer uma justa idéia do quanto isso representa para a economia do país, suficiente se torna transcrever os trechos seguintes, constantes da mensagem que o Sr. Presidente da República, em 15 de março de 1950, enviou ao Congresso Nacional:

“Cumpro insistir em que se aprenda ao vivo a importância do que acabo de referir. A produção de 1948 representa para o país uma economia em divisas que ultrapassa o equivalente a Cr\$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuzéssemos dessa produção, o país teria gasto em 1948, com a importação de trigo em grão e farinha, cerca de Cr\$ 4.600.000.000,00, o que representaria dispêndio diário superior a Cr\$ 12.000.000,00. Mesmo sem levar em consideração a estimativa da safra deste ano, que se pronuncia bem maior que a do ano passado, — os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças. Por isto mesmo, está o Governo decidido a perseverar no caminho que sem esmorecimento vem trilhando. Daí a solicitação de um crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 com a aplicação do qual nos propomos dar, em 1950, à triticultu-

tura brasileira, alicerces econômicos suficientemente sólidos que lhe permitam resistir aos embates da concorrência internacional, que já se desenha de natureza grave”.

Como se vê, é o próprio Sr. Presidente da República quem afirma que “os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças”.

Para chegar a esta situação foi longo e árduo o caminho percorrido. Muitas foram as dificuldades que tiveram que ser transpostas e os trabalhos realizados durante as diversas etapas, desde 1909 até hoje, formam uma cadeia para a qual cada período contribuiu com um elo, cadeia essa, que vem sendo forjada por todos aqueles que, em qualquer época, trabalharam pelo desenvolvimento de nossa triticultura.

Chegada a esta altura, já é tempo de se lembrar os nomes de, pelo menos, os principais desses batalhadores, dentre os quais avultam: Artur Torres Filho, Carlos de Souza Duarte, Gomes do Carmo, Antônio de Arruda Câmara, Gil Stein Ferreira, Luiz G. Gomes de Freitas, Paulo da Silva Leitão, Ivar Beckman, A. R. de Oliveira Mota Filho, Vitor Mallmann, Gastão de Faria, Ademar Lopes da Cruz, Alvaro Simões Lopes, Benedito Paiva, Vespertino Marcondes de França, Alvaro Barcelos Fagundes, Jorje Polisú, Amauri Poggi de Figueiredo, João Cândido Ferreira Filho, Caio Gracho Pereira, Carlos Gayer, Zedenko Gayer e tantos outros companheiros de jornada, uns já desaparecidos, alguns afastados dessas atividades e outros, ainda, continuando, num quase anonimato e sem esmorecimento, a lutar pelo ideal comum.

Na galeria desses homens, a quem o Brasil, por certo, um dia fará justiça, cabe agora um lugar de grande relevo aos estadistas que nesses três últimos anos, com denodo e perseverança, deram o mais largo passo em direção da vitória, — o Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro Daniel de Carvalho.

#### PROSSEGUIMENTO DA CAMPANHA

Os êxitos até agora alcançados não são de molde, porém, a garantir de uma vez por todas a sobrevivência de nossa triticultura. É indispensável, pois, que a campanha seja continuada até que a produção tritícola disponha de um embasa-



Posto agro-pecuário de IJUÍ, Rio Grande do Sul. A parte branca, ao fundo, é uma cultura de trigo



Trigo maduro, nas proximidades de Belo Horizonte

mento tão firme que possa, sem o amparo governamental, fazer face às oscilações do mercado internacional.

Transposta, como foi, a fase mais aguda da crise, faz-se mistér, agora, trabalhar no sentido da consolidação dos resultados auferidos.

Desta forma, impõe-se o prosseguimento e ampliação das atividades experimentais e de fomento às culturas. Estas últimas, dentro de uma nova e mais cuidadosa etapa, vez que, o apreciável volume de produção já alcançado permite considerar-se o problema com mais vagar. Assim, nos trabalhos de expansão às culturas, precisam ser aplicadas, mas generalisadamente, certas medidas técnicas, tais como, a proteção do solo contra a erosão, o emprêgo de adubos químicos, a incorporação da matéria orgânica, a irrigação, a rotação de culturas e outras, que permitirão aos triticultores, senão aumentar grandemente a produção, pelo menos mantê-la em nível, de fato econômico. Ao mesmo tempo, é de todo indispensável que se cuide, com urgência, das questões relacionadas com o armazenamento e a industrialização nas proximidades das zo-

nas de produção. Este aspeto é de suma importância, bastando esclarecer que para uma produção anual que se aproxima de 500 mil toneladas dispomos, tão somente, de uma capacidade total de armazenamento, de 149 mil toneladas.

Por enquanto, e por certo tempo, é indispensável que essas medidas sejam completadas por outras, visando a manutenção do preço mínimo, a unificação do preço em todo o país e o disciplinamento da importação de trigo. Estas duas últimas, cuja adoção deve, naturalmente, ficar subordinada a futuras circunstâncias, fariam desaparecer certas dificuldades que, vez em quando, surgem na circulação e colocação do trigo de determinadas zonas, e dariam ao nosso triticultor as garantias de que tanto carece para aumentar, sem receios, suas áreas cultivadas.

Longa é, ainda, a estrada a percorrer, mas, se forem continuados, com entusiasmo e perseverança os esforços até agora despendidos, breve chegará o dia, praza aos ceus, em que o Brasil não precisará receber de outras plagas o pão com que alimenta seus filhos.

Rio, 10-6-1950.



## Mãos

que espalham

## SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.

— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

# Segunda Conferência Nacional Algodoeira

A propósito da realização deste certame, projetado pela Sociedade Nacional de Agricultura, foi endereçado ao titular da Agricultura o seguinte ofício:

“Em 23 de maio de 1950 — Exmo. Sr. Dr. Antonio de Novais Filho, D. D. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura

Em 1916, esta Sociedade fez realizar nesta Capital, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, a 1.ª Conferência Nacional Algodoeira, com uma interessante e oportuna Exposição anexa.

A idéia desse certame, conforme declarou em entrevista ao “Jornal do Comércio” o dr. Miguel Calmon, posteriormente presidente desta Casa e Ministro da pasta hoje dignamente exercida por V. Excia., deveu-se ao Presidente Wenceslau Braz quando, em entrevista concedida ao dito jornal, pouco antes de possuir o governo, “lançou o problema do algodão entre nós, encarando-o em toda a sua complexidade e importância”

“Um dos primeiros atos de sua administração — continua o Sr. Miguel Calmon — foi o que criou o Serviço de Algodão, confiado à competente direção do Prof. M. Creen e do qual, a despeito de dificuldades inerentes a esse gênero de empreendimentos, já temos colhido resultados apreciáveis.”

Indo ao encontro do desejo do governo de então, a Sociedade promoveu a 1.ª Conferência porque, ao seu ver, “não bastava para o bom êxito dos desejos manifestados pelo Sr. Presidente da República, a criação de um serviço técnico”, mas se tornavam necessários inquéritos minuciosos e repetidos para se conseguirem vantagens permanentes em tal ramo de atividade”.

Realizada a Conferência, dela resultaram os maiores benefícios ao surto da cultura de algodão no país e o profícuo trabalho desse memorável certame se acha condensado nos três volumes dos “Anais” logo depois publicados e que ainda hoje representam notável repositório de ensinamentos sobre a matéria.

Em 1922, foi a Sociedade encarregada pelo governo federal da sub-comissão de congressos do Centenário e, dentre os cinco que realizou, inclui-se a Conferência Internacional Algodoeira.

Junto aos elementos nacionais, aí trabalharam técnicos estrangeiros de nomeada, tendo a Inglaterra enviado uma numerosa delegação especial, presidida por Mr. Arno S. Pearse.

Todos reconhecem as vantagens para a cultura e o comércio de algodão, advindas desse certame, que procurou normalizar e coordenar as providências oficiais às necessidades do mercado estrangeiro, verificando-se um grande surto na produção e exportação do produto. Foram publicados 3 volumes contendo os Anais desse conclave, sendo tirada uma edição em inglês.

De 1922 para cá não se pôde tomar qualquer outra iniciativa idêntica em favor dessa cultura, a despeito da importância que representa na nossa balança comercial, e na economia de diversos Estados da Federação, sem falar no elevado índice econômico da indústria textil nacional, dela dependente.

E' por isso que à Sociedade ocorreu a idéia de trazer a debate, num grande conclave nacional, no

qual se reunissem produtores, industriais e comerciantes, os problemas do algodão brasileiro, a fim de serem concertadas as medidas que se tornem necessárias ao reerguimento da importante e tradicional atividade agrícola do país.

Em 1934, foi o Serviço do Algodão transformado no Serviço de Plantas Textéis e, após a extinção deste, por mera coincidência ou em virtude de fatores outros que não cumpre agora verificar, a produção começou a minguar, a fibra entrou em decadência a fiscalização dos desceroçadores passou a ser utópica; a distribuição, compra e venda das sementes, em campos de cooperação, e uma série outra de providências antes em boa marcha, tornaram-se lacunosas ou difíceis.

Da “Mesa Redonda do Algodão no Nordeste”, realizada em 1948, resultou um relatório em que a situação da preciosa fibra é colocada nos seus verdadeiros termos, e estes não são nada otimistas. Ali constam afirmações como as que se seguem:

— “Não há produção de sementes nos estabelecimentos oficiais;”

— “Não há controle na distribuição;”

— “Em alguns Estados a mistura de semente de herbáceo com arbóreo é uma verdade;”

— “Não existe prática de adubação, se bem que seja patente o enfraquecimento do solo.”

Além desses problemas de ordem técnica, outros há no setor da indústria e do comércio — e também o do financiamento — que precisariam ser debatidos e normalizados, para, se possível, organizar-se um roteiro, se não fosse possível um programa de caráter permanente, para ser adotado por todos os interessados, a fim de evitar-se maiores prejuízos ao importante setor de nossa economia rural.

Eis porque a Sociedade se afigura necessário e urgente reunir técnicos, lavradores, industriais, comerciantes, entidades e outros órgãos interessados, a fim de serem alcançadas conclusões de caráter geral e nacional, em torno do algodão e seus complexos problemas atuais. Seria, assim, realizada a II Conferência Nacional Algodoeira.

Uma comissão na Sociedade elabora os planos desse conclave. Brevemente, serão convocadas as entidades estaduais e todos os setores interessados do país a colaborar em nesse cruzada em favor do algodão, destinando a Conferência um setor especial às demais fibras de produção brasileira.

Todos os esforços e experiências desta casa serão postos à disposição dessa oportuna reunião, mas não dispensa a Sociedade o apóio e o patrocínio do Ministério da Agricultura, com o qual tem, até aqui, propósitos, espera a Sociedade Nacional de Agricultura a efeito os seus maiores cometimentos.

Dando conhecimento a V. Excia. desses seus tura merecer o apóio solicitado, a fim de poder inaugurar a Conferência, que será o coroamento de conclaves estaduais e regionais, onde os pontos de vista e aspirações locais serão colhidos, em setembro próximo.

Antecipando agradecimentos, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de elevada consideração e apreço.

(as.) Arthur Torres Filho, Presidente; Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente.”

# COMISSÃO CONSULTIVA DE ACÔRDOS COMERCIAIS

## INSTRUÇÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO

Incluiu a Sociedade Nacional de Agricultura, como representante da classe rural

O Sr. Embaixador Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, assinou, a 8 de maio último, a seguinte Portaria sobre o funcionamento da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais:

"Artigo 1.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá sua sede no Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único — O Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais poderá, por sua própria iniciativa e de acordo com a premência dos trabalhos, convocar sessões extraordinárias.

Artigo 2.º — Além de seus membros natos, a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será integrada por Delegados técnicos designados pela Confederação Nacional do Comércio, pela Confederação Nacional da Indústria e pela Sociedade Nacional de Agricultura, os quais serão convocados de acordo com os assuntos em pauta, que se relacionem, respectivamente, com os interesses do comércio, indústria e agricultura.

§ 1.º — Os Delegados técnicos tomarão parte nas sessões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais para as quais forem convocados, nas mesmas condições e em situação igual à dos demais membros componentes da Comissão.

§ 2.º — Os trabalhos das sub-comissões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais deverão, igualmente, contar com a assistência dos Delegados de que trata o presente Artigo.

Artigo 3.º — Os relatórios e pareceres da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, com suas sugestões e iniciativas, serão enviados ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este resolva, em definitivo, sobre cada assunto.

Artigo 4.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será assistida por um Secretário, a ser designado, mediante portaria, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Artigo 5.º — Ao presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — convidar, quando julgar conveniente, organizações de classe da agricultura, da indústria e do comércio a expressar, por intermédio de seus órgãos específicos, em sessões expressamente convocadas para tal fim, seus pontos de vista sobre assuntos submetidos à apreciação da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, obedecendo as seguintes normas:

a) — lavar-se-ão atas taquigráficas dessas audiências, das quais constarão, **verbus ad verbum**, sejam os pontos de vista oralmente expressos, seja o conteúdo dos documentos, escritos porventura apresentados;

b) — tais atas deverão ser incorporadas, como anexos, aos pareceres e relatórios apresentados pela Comissão Consultiva de Acordos Comerciais ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

II) — presidir às sessões, coordenando os trabalhos e resolvendo questões de ordem levantadas.

III) — propor ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as medidas que se tornarem necessárias aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, visando a maior eficiência dos mesmos;

IV) — requisitar, mediante indicação do Diretor Executivo, aos demais Ministérios e ao Banco do Brasil S. A. os funcionários necessários aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais;

V) — designar uma comissão para, sob a presidência do Diretor Executivo, elaborar o projeto de regimento interno da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais;

VI) — designar as sub-comissões que se tornarem necessárias ao pronto e rápido andamento dos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais.

Artigo 6.º — Ao Diretor Executivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — presidir aos trabalhos das sub-comissões.

II) — convidar os membros componentes das classes da agricultura, da indústria, do comércio e consumidores para, em audiência pública, externarem seus pontos de vista individuais sobre projetos de acordos comerciais; submetidos ao exame da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais;

III) — fixar dia e hora para a realização de tais audiências públicas;

IV) — presidir às audiências públicas referidas nos números I e II do presente Artigo;

V) — propor ao Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais as requisições de que trata o Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções.

Artigo 7.º — Ao Secretário da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — secretariar as sessões e distribuir, com a necessária antecedência, as respectivas atas taquigráficas;

II) — dirigir os trabalhos da Secretaria;

III) — manter a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais e suas sub-comissões a par das verificações da Seção de Política Comercial, fazendo-lhes as sugestões que julgar convenientes.

Artigo 8.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá uma Secretaria diretamente subordinada ao Secretário e dividida em duas seções: a) — Seção Administrativa; b) Seção de Política Comercial.

Artigo 9.º — Os serviços da Secretaria serão executados por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e por funcionários requisitados pela forma indicada no Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções.

A Comissão de que trata a presente Portaria foi instalada no Palácio Itamarati, sob a presidência do Ministro Ciro de Freitas Vale, em 31 de maio último.

Especialmente convocada, esteve presente a Sociedade Nacional de Agricultura, pelo seu Vice-Presidente, Dr. Antônio de Arruda Câmara, substituindo o Presidente efetivo, Dr. Arthur Torres Filho, que não compareceu por motivo imperioso.

# O MINISTRO NOVAIS FILHO recebe a visita da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura

Foi recebida, a 9 de Maio último, em audiência especial, pelo ministro Novaes Filho, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo à frente os Srs. Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite e Antonio de Arruda Câmara, vice-presidente da referida entidade de classe. Deixou de comparecer o presidente efetivo, Sr. Arthur Torres Filho, por motivo de doença.

Os dirigentes da S. N. A. apresentaram ao ministro os seus votos de feliz administração e a solidariedade da classe que representam.

Ao mesmo tempo, na palavra do Sr. Luiz Simões Lopes, a S. N. A., expôs ao ministro alguns pontos de seu programa de ação ligados à política do próprio Ministério. Deu o representante da Sociedade especial relevo ao problema da organização da classe rural em base associativa, encarecendo a necessidade do apoio do Governo à fundação das federações nos Estados que ainda não o fizeram e à criação, na capital da República, da Confederação Rural Brasileira, prevista no decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945. Mostrou a inferioridade em que se encontra a classe rural, a maior do país, em relação às demais, que já dispõem de ótimas organizações e meios financeiros, que lhes permitem dar assistência e proporcionar benefícios aos seus integrantes, além da participação mais ati-

va que assim obtiveram na política econômica do país.

Um outro assunto, ligado, aliás, ao primeiro, foi tratado, qual o da maior assistência ao homem do campo, que se impõe como imperativo nacional.

Referiu-se depois o orador à idéia da Sociedade em levar a efeito a II Conferência Nacional Algodoeira, se acaso não lhe faltar o apoio do Ministério.

Falou ainda o Sr. Simões Lopes sobre a Casa da Agricultura, cuja construção, à Av. Presidente Justo, nesta capital, vai adiantada, e nos trabalhos da Escola de Horticultura "Wenceslau Belo" na Penha, mantida pela tradicional Sociedade.

## A PALAVRA DO MINISTRO

O ministro Novaes Filho agradeceu a visita e manifestou a sua grande satisfação pela presença da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura em seu gabinete, instituição que, a seu ver, sempre esteve presente em todas as boas causas da agricultura brasileira. Salientou que os pontos da exposição do Sr. Simões Lopes são um sinal evidente de que a tradicional Sociedade evolue e acompanha de perto as necessidades maiores da vida rural do país. De sua parte, prometeu examinar com o maior interesse todas as sugestões que ora lhe foram feitas.

## A SAFRA PAULISTA DE ALGODÃO

**Deverão produzir-se 24% menos do que foi estimado — Com área muito maior, a colheita tende a ser igual à de 1949**

A safra paulista de algodão em caroço, que chegou a ser estimada em cerca de 54.500.000 arrobas e que em princípio de abril último fora calculada em quase 45.000.000, deverá atingir . . . . 41.500.000 arrobas, apenas — eis a notícia que circula nos meios oficiais do Estado. Registrar-se-la, assim, uma nova quebra de 8%. A confirmar-se tal prognóstico, deveremos produzir 13.000.000 de arrobas menos do que se esperava, o que implica uma quebra geral de cerca de 24%.

E' digno de registro o fato de que a safra, tal como se acha de novo estimada, superará a de 1948/49 — que atingiu perto de 40.000.000 de arrobas — apenas em 1.500.000 arrobas, ou seja, menos de 4%. No entanto, a área semeada este ano foi muito maior, tendo ultrapassado a da safra

anterior em cerca de 33%. Conclui-se dessa forma que a produção por alqueire caiu de modo apreciável e que ainda que fosse possível ao lavrador vender a colheita deste ano pelos mesmos preços do ano passado — o que não está acontecendo — as negociações correriam pior.

Continua-se insistindo em apontar o excesso de chuvas como o principal responsável pelo declínio. Ainda em abril choveu muito em muitas zonas importantes, que influem no cômputo geral do Estado, como é o caso de Marília. Alguns técnicos do Fomento Agrícola acreditam numa recuperação durante o mês de Junho, pois o tempo vai agora correndo favoravelmente, beneficiando os trabalhos da colheita e a própria planta nos pontos em que o ciclo de frutificação ainda não se completou.

# O Cooperativismo, a Escola de Nîmes e seus fundamentos

(Por Fabio Luz Filho)

Não caberia nos limites de um artigo desenvolver com minúcias tóda a história da **Escola de Nîmes**, e seus pontos de contacto e divergência com a corrente socialista, e sua dissonância com a tese central do comunismo autoritário: a posse do poder político pela força e a ditadura do proletariado.

Limitar-me-ei, em pinceladas largas, a dar-lhe a origem e os princípios basilares, que muitos classificaram de néo-rochdalianos, o que **Gide** repeliu.

Foi **Gide**, a figura central dessa Escola e seu máximo teórico.

**Nîmes** é uma cidade industrial francesa. Entre 1883 e 1887 eclodiram em Nîmes várias instituições sociais, entre elas a **Bôlsa do Trabalho**, em 1885, a segunda da França.

O principal fundador da Escola de Nîmes foi **Edouard de Boyve**, que sofreu a influência de um pastor de grande valor — **Eugene Bersier**, que o converteu ao cristianismo (protestantismo). Conservou êle suas relações com parentes inglêses do lado materno, donde seus entendimentos com **Vansittart Neale**, ilustre representante dos socialistas cristãos da Inglaterra.

Dessa aproximação nasceu em Boyve o desejo de lançar as bases do movimento cooperativo em Nîmes. **Auguste Fabre**, espirita, foi, dentre outros, sem falar em **Gide**, a personalidade que o seduziu e que com êle cerrou fileiras.

Encontravam-se amíde na Sociedade de Economia Popular fundada por Fabre.

**De Boyve** criou então uma sociedade cooperativa com o apóio de Fabre; mas uma cooperativa aberta e não fechada.

Em Julho de 1885 realizou-se o primeiro Congresso das sociedades Cooperativas de consumo da França ao influxo da ação de **Gide**, **Boyve** e **Fabre**, entre outros, com a presença de **Vansittart Neale** e **Holyoake**, da Inglaterra. E criou-se o jornal "L'Emancipation"...

Houve vaivens doutrinários, criticas dos economistas clássicos e choques com a corrente socialista, o que provocou o conhe-

cido **Pacto de Unidade de 1912**, o qual se resume num acôrdo de caráter doutrinário entre a **União Cooperativa**, nascida da Escola de Nîmes, e a **Confederação das Cooperativas** (Bôlsa socialista), de vez que havia um grupo numeroso de socialistas que aceitavam o programa rochdaliano da Escola de Nîmes, socialistas êstes vinculados ainda ao velho e generoso socialismo francês.

## O PROGRAMA DA ESCOLA DE NÎMES

O programa da Escola de Nîmes foi exposto no Congresso de Lyon de 1886, no de Paris em 1889, no discurso de Boyve no Congresso de Paris de 1900, e, finalmente, em 1905 divulgado em uma circular enviada a tódas as cooperativas francesas pela **União Cooperativa**, das sociedades cooperativas francesas de consumo. Ei-lo: "O cooperativismo tem por fim substituir o estado de competição atual por um regime de livre associação que providencie, de uma maneira equitativa, a distribuição das riquezas. O cooperativismo de consumo não quer fazer-se o órgão exclusivo de um partido político, — nem de uma igreja, nem de uma classe social; mas quer ser o órgão de todos aqueles que queiram trabalhar para a realização do ideal cooperativo pelos seguintes meios:

1º — Criação de sociedades cooperativas para uma distribuição equitativa dos objetos de consumo:

2º — Criação de um capital coletivo e pessoal retirado das sobras antes da distribuição dos retornos:

3º — Criação de um armazem para vendas em grosso;

4º — Organização de indústrias cooperativas na medida das necessidades das cooperativas;

5º — Criação, no seio das cooperativas e fora delas, de obras sociais (não políticas e não-profissionais), reservando todos os seus recursos para seu fim supremo, que é a transformação da troca e da produção pela

criação de armazéns de vendas em grosso e de indústrias cooperativas;

6º — Percentagem sobre as sobras anuais para a instrução e a educação social dos cooperadores;

7º — Pelo consenso de todas as Uniãos (federações) de cooperativas nacionais constituir uma **República Cooperativa**, cujo objetivo será o desenvolvimento da personalidade humana pela justiça e pela solidariedade”.

### O PACTO DA UNIDADE EM 1912

As doze virtudes do cooperativismo enumeradas por Gide em 1894 coincidiam perfeitamente com a enumeração que a Bôlsa Socialista fizera, e são:

- 1º — Viver melhor;
- 2º — Pagar o dinheiro à vista;
- 3º — Economizar sem esforço;
- 4º — Suprimir os parasitas sociais;
- 5º — Combater as despesas com as bebidas;
- 6º — Interessar as mulheres nas questões sociais;
- 7º — Fazer a educação econômica do povo;
- 8º — Facilitar a todos o acesso à propriedade;
- 9º — Constituir a propriedade coletiva;
- 10º — Estabelecer o justo preço;
- 11º — Eliminar o lucro;
- 12º — Abolir os conflitos;

Dos 12 pontos do programa classificado de “burguês” (êste burguês que encabeçou todos os movimentos de reivindicação social na Europa) da **Escola de Nimes**, 10 foram reproduzidos pelo programa dos cooperadores socialistas.

Assim sendo, a aproximação, após anos de divergências, se fez, surgindo em 1912 o **Pacto de Unidade**, que conciliou cooperativistas e socialistas.

# CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários RAUL LEITE. São todos de eficiência comprovada e segurança absoluta.**



VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS



**Na febre Aftosa — KUKROS E COLOIDO-CÁLCIO.**

**Para banheiros carrapaticidas — GAVIÃO.**

**Nas bicheiras e bernês — CRESOS.**

**Nas verminoses — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.**

**Nas frieiras — FRIEIROL.**

**Nas intoxicações — VITOS.**



**Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos**

Laboratórios

**Raul Leite S. A.**

**RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130**



**RIO DE JANEIRO**

# Alguns dados sobre a cultura do milho e do Arroz no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

## MILHO

A cultura do milho representa um papel destacado para a economia mineira, pois a sua produção atingiu quase **dois bilhões de cruzeiros**, não sendo esse valor ultrapassado por nenhuma outra cultura, nem mesmo a tradicional cultura cafeeira.

A produção desse cereal básico durante o período de execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, vem aumentando.

De fato, enquanto que no ano agrícola 1947/1948 a sua produção foi de 21.945.444 sacos, no ano seguinte ela foi de 24.942.467 sacos, com um aumento, portanto, de quase 20%.

O valor da produção representou, em 1947/1948 a elevada importância de Cr\$ 1.423.153.144,00 e no ano seguinte, Cr\$ 1.845.743.000,00, ao passo que, em igual período, a produção do café contribuiu, respectivamente, com Cr\$ ..... 1.061.128.675,00 e Cr\$ 1.486.196.000,00.

A cultura do milho apresenta, entre outras, as seguintes vantagens:

- é, depois do arroz, o cereal que dá maior rendimento por unidade de superfície cultivada;
- a relação entre uma semente plantada e o número de sementes colhidas é, não raro, de 1:440;
- tem grande rusticidade;
- é muito resistente às doenças e pragas;
- é uma das plantas melhor estudadas sob o ponto de vista de sua composição genética, conseguindo-se com isso, continuamente, o aumento da produtividade.

A cultura do milho é, sem dúvida, não só a mais generalizada no Estado de Minas Gerais, como, também, no próprio país, e é das mais importantes porque:

- dela depende, em grande parte, a produção animal;
- o milho entra na alimentação humana quer em espécie, quer transformado em toucinho, carne de porco, galinha, ovo, etc.;
- dêle se extrai amido, glicose, óleo, etc.

Através da Secretaria de Agricultura vem o Estado de Minas Gerais procurando estudar convenientemente tão importante cereal básico, realizando experimentações entre outras localidades, em Patos de Minas, Viçosa, Uberlândia, Belo Horizonte, Lavras, Sete Lagoas e Água Limpa.

Entre as variedades mais estudadas podemos destacar:

- Agroceres** — híbrido duplo, da Cia. Agroceres Ltda., de Viçosa;

- Instituto 1** — híbrido duplo, do Instituto Agrônomo do Estado de Minas Gerais;
- Granjas Reunidas** — híbrido duplo de Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;  
**Catete** — variedade selecionada, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;  
**H 300** — híbrido duplo, do Instituto Agrônomo de Campinas;  
**Venezuela** — variedade da Venezuela, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa

Entre os resultados das experimentações já realizadas no Estado, podemos destacar:

- que o espaçamento de 1,10 m. entre as fileiras é o que melhores resultados tem apresentado;
- que os melhores híbridos se mostram superiores às melhores variedades selecionadas;
- em Patos de Minas, por exemplo, plantados em terras férteis, os híbridos deram um rendimento de 6.053 quilos por hectare, enquanto que as variedades selecionadas deram, apenas, 1.847 quilos por hectare;
- em terras fracas, como as de Água Limpa, os híbridos produziram 2.679 quilos por hectare, e as variedades selecionadas, 1.847 quilos por hectare.

Entre as recomendações que a Secretaria de Agricultura vem fazendo aos agricultores, com relação ao plantio do milho, podemos lembrar:

- plantar, de preferência, o milho em terras frescas, de boa consistência e ricas em matéria orgânica;
- fazer o plantio no início do período das chuvas, isto é, Outubro/Novembro;
- plantar em fileiras espaçadas em 1,10 m.,
- empregar, de cova a cova, a distância de 1,00 m. quando plantar 4 sementes por cova; 0,40 m. quando plantar 2 sementes por cova, e 0,20, quando plantar uma semente por cova;
- plantar as variedades selecionadas, especialmente a variedade Catete, como estágio intermediário para a cultura dos milhos híbridos, que são os mais aconselhados.

## ARROZ

Visando intensificar a cultura do arroz, que é, sem dúvida, um cereal básico de grande consumo no país, vem o Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Agricultura, realizando numerosas experimentações e procurando orientar tecnicamente os agricultores, no sentido de, pela cultura racional

obter-se maior rendimento cultural e, ao mesmo tempo, procurando interessar os agricultores na cultura de tão importante cereal.

O aproveitamento, durante um mesmo ano agrícola, do terreno com a cultura do arroz no verão, seguida no inverno, com a cultura do trigo irrigado, é, sem dúvida, uma prática que interessa muito aos agricultores, pelas vantagens econômicas que dela advém.

Os trabalhos experimentais tem visado, principalmente, a determinação das variedades mais aconselháveis para os dois métodos de cultura do arroz no Estado: a do arroz do "sêco" e a do arroz irrigado, e vem sendo realizados em Belo Horizonte, Água Limpa, Patos de Minas, Almeida Campos, Carmo da Mata, Lavras, Machado, Pitanqui e Uberlândia.

Entre as conclusões resultantes das experimentações já realizadas podemos destacar:

- a) que a cultura do arroz do "sêco" oferece menor rendimento que a cultura do arroz irrigado;
- b) que em certas regiões, dadas as condições especiais de clima e solo, pode ser feito, com sucesso, a cultura do arroz do "sêco", como por exemplo no Triângulo e na Zona da Mata da Corda (Uberlândia, Patos de Minas, etc.);
- c) que a cultura do arroz irrigado tem proporcionado ótimos rendimentos e apresenta as vantagens de não depender das precipitações pluviais, não exigir capinas, etc.;
- d) que, em relação às condições químicas do solo, o arroz pode ser plantado em terrenos levemente ácidos, necessitando não raro de

P E Ç A M O  
**PEQUENO MANUAL  
DO CRIADOR**

do Médico - Veterinário

**DR. JORGE VAITSMAN**

**Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal**

**Caixa Postal 3328**

**R I O**

- e) adubação fosfatada e azotada, não sendo necessária, via de regra, a adubação potássica; quanto à época de plantio, a do arroz do "sêco" é determinada pelo início das chuvas, prolongando-se até meados de Novembro, enquanto que o arroz irrigado deve ser plantado sempre, entre 15 de Outubro e 15 de Novembro;
- f) quanto ao rendimento, a média para o arroz irrigado foi de 3.875 quilos por hectare, e para o arroz do "sêco", de 1.526 quilos por hectare, em numerosas experimentações realizadas, nas quais foram grandes os desvios do rendimento. São considerados bons rendimentos 2.500 quilos por hectare para o arroz do "sêco" e de 5.000 quilos por hectare, para o arroz irrigado;
- g) para o sistema de cultura irrigada, as variedades mais indicadas em face dos resultados experimentais são as seguintes: Pratão, Ponta Preta, Blue Rose e Amarelão;
- h) para a cultura do arroz do "sêco", as experimentações revelaram como melhores variedades a Agulha ESAV para a região de Patos de Minas e o Amarelão para a região do Triângulo Mineiro;
- i) podem também ser indicadas como boas variedades para a cultura do "sêco", as variedades Ponta Preta e Pratão;
- j) entre as variedades que tem alcançado melhor cotação comercial podemos destacar o Amarelão e o Agulha ESAV.

A cultura do arroz, na vingência da execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção vem se desenvolvendo muito satisfatoriamente, registrando-se um acréscimo de 27% entre a produção do ano agrícola 1947/1948 e a do ano agrícola 1948/1949.

De fato, no ano agrícola 1947/1948, a produção de arroz em casca foi de 8 868.691 sacos, enquanto que no ano agrícola 1948/1949, essa produção elevou-se para 11.346.599 sacos, com um acréscimo, portanto, de 2.477.908, o que é, sem dúvida, um índice muito expressivo.

**Obs.** — Os dados acima indicados foram obtidos em recente viagem de estudos feita no Estado de Minas Gerais, de acordo com o plano traçado pelo Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da S.N.A. (estudo do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais).

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL  
DE AGRICULTURA)

**Fundada em 1897**

**Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO**  
Presidente da Sociedade

**Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA**  
Diretor

**Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD**  
Diretor Técnico

**Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA**  
Consultor-Técnico

**LUIZ MARQUES POLIANO**  
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração :

**AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º**

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

**Rio de Janeiro**

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

# Organização da Classe Rural

A 9 de janeiro de 1948, o Sr. Deputado pelo Estado de São Paulo, Dr. Altino Arantes, apresentou projeto, que tomou o n.º 928, mandando revogar o decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, e sob cujos dispositivos vem sendo organizada associativamente a classe rural.

Indo o projeto à Comissão de Agricultura, foi ali aprovado o parecer do Deputado Duque de Mesquita rejeitando-o (10 de dezembro de 1948), o qual concluiu da seguinte forma:

"Destruir a atual lei n.º 8.127, que vai promovendo a organização rural em base associativa, será deixar o campo aberto à invasão de doutrinas exóticas e impedir que o governo leve à maior classe produtora do país toda a assistência que ela está exigindo, social, econômica e técnica".

Na Comissão de Finanças, não logrou melhor sorte a rejeição proposta pelo representante paulista. Em substancial parecer, o Deputado Agostinho Monteiro, seguido pelos demais colegas daquele órgão técnico, foi também contrário a que se revogasse uma lei que vem dando tão bons resultados.

Para conhecimento da classe rural, vai o trabalho do ilustre representante paraense transcrito na íntegra:

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

### RELATÓRIO

N.º 27-50

O Projeto n.º 928, de 1948, de iniciativa do ilustre deputado Altino Arantes e subscrito por distintos colegas, revoga o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural, que sucedeu o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945. O projeto foi objeto de acurado estudo da Comissão de Agricultura que opinou unanimemente pela sua rejeição. O parecer do relator designado, o ilustre deputado Duque de Mesquita, condensou em cinco itens as principais razões apresentadas pelo autor na sua justificação ao projeto:

Ei-los:

1) o diploma cuidou "pura e simplesmente de jungir a sofredora classe dos nossos lavradores ao arbítrio do governo;

2) a legislação seria atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por todas as Constituições do Brasil e da própria Carta outorgada em 10 de novembro de 1937;

3) o decreto e seu regulamento feriram o princípio dos artigos 141 § 12 e 159 da Constituição atual ao estabelecer no seu artigo 1.º "que cada município terá uma Associação Rural";

4) que ao pagamento da "taxa rural" no conceito do parágrafo 1.º do artigo 1.º, ficaria sujeito todo aquele "que fôsse considerado no exercício da profissão rural, participasse ou não do quadro social de tais afirmações; e

5) que a Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo

em face da prerrogativa legal que dá às associações rurais enquadradas na legislação que se procura revogar, estaria prejudicada nas prerrogativas de que goza atualmente

Examinando cuidadosamente essas razões o relator da Comissão especializada apresentou contestação interessante e documentada.

Parece-nos dispensável resumir argumentos e documentários por isso que publicados no "Diário do Congresso" Destaco entretanto, o item 4.º, sobre o qual o relator se limitou a dizer que "é matéria sobre a qual se viesse a ser estabelecida, teria antes de a respeito manifestar-se o Congresso Nacional". "Nessa ocasião, então, poderiam ser estudados e atastados os possíveis inconvenientes apontados pelo ilustre proponente".

Porque não enfrentar desde logo a matéria que se me afigura da maior importância, por isso mesmo que sobre ela assenta a formação do patrimônio social e conseqüente possibilidade de efetivação das finalidades das associações consignadas no artigo 17? Uma das razões invocadas pelo ilustre autor do projeto para a revogação do decreto é a seguinte: "o artigo 21, alínea "b", determina a criação de taxas especiais para a constituição do patrimônio das associações a serem fundadas". É óbvio que ao pagamento dessas taxas ficaria sujeito todo aquele que no conceito do artigo 1.º, § 1.º "fôsse considerado no exercício da profissão rural" participasse ou não do quadro social de tais agremiações".

Vejamos o que diz o art. 21:

Art. 21. "O patrimônio das associações rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira é constituído:

- a) das jóias e contribuições de sócios, das associações e das federações;
- b) da cota-parte das taxas criadas ou que venham a ser criadas e lhes forem atribuídas;
- c) das subvenções e auxílios;
- d) das doações e legados;
- e) das rendas patrimoniais; e,
- f) dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores.

Como se vê, aí não se "determina a criação de taxas especiais para a concretização das associações a serem fundadas", como declara o autor do projeto.

Mesmo, porém, fôsse imperativa essa criação, haveria a obrigatoriedade do pagamento de tais taxas por parte daqueles que, ao tempo, exercessem atividades rurais? Parece-nos que não porque o Decreto-lei n.º 8.127, no seu artigo 1.º, apenas define a profissão rural, sendo o ingresso na associação, facultativo, e não obrigatório, como julga o autor do projeto de revogação.

Mas, se fôsse o pagamento de taxas obrigatório, por parte dos profissionais, estaria porventura o diploma criando fato novo, ou estabelecendo precedente odioso? De que modo vivem os sindicatos, o SESI, o SESC, o SENAI, a L. B. de A., e outros órgãos de classe e beneficência consagrados na nossa legislação?

No caso, será mesmo de prever a base financeira para a execução do programa — sobretudo a de assistência — que a lei determina seja executada pelas organizações criadas sob a égide dêsse Decreto-lei. A latitude dêsse programa melhor será avaliada pela transcrição do artigo 17 do Decreto n.º 8.127:

"Art. 17. As associações rurais, reconhecidas nos termos dêsse Decreto-lei, órgão de defesa, representação e técnicos consultivos do governo municipal, e, por intermédio dos seus órgãos superiores, dos Estados, dos Territórios Federais e do Governo Federal, terão as seguintes atribuições:

a) congregar, em seu seio, todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem animal e vegetal;

b) colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exerçam atividades rurais;

c) articular os elementos da classe rural afim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;

d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;

e) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;

f) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "Casa Rural de..." (segue-se o nome do município), para sede social;

g) manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender perante a federação os interesses e aspirações de seus sócios;

i) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

j) difundir noções de higiene, visando, principalmente, a melhoria das condições do meio rural;

l) promover o ensino profissional de interesse agro-pecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;

m) organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

q) organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitada a legislação em vigor;

r) executar, se essa tarefa lhe for cometida, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;

s) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses econômicos;

t) realizar periodicamente, com a assistência do governo, exposições agro-pecuárias, distritais, municipais ou regionais; e,

u) desempenhar atribuições que por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público".

São êstes, objetivos tendentes a elevar e dignificar a profissão, como meio de se fixar o homem à terra, combatendo indiretamente o êxodo para as cidades. O decreto assegura direitos e vantagens ao

homem do campo tal como ao trabalhador do comércio e da indústria a falta legislação já os têm efetivado.

Haveria, pois, mal em que se utilizasse taxa existente, para ser aplicada em tão altos objetivos? Será, até, a maneira apropriada de iniciar-se o movimento que toma corpo como imperiosa necessidade, de efetiva assistência ao ruralista desamparado.

Aproveitemos o pouco já feito e dilatemos a ação do decreto que já produz seus primeiros frutos. A classe rural começa a se erguer.

A Conferência das Classes Produtoras de Araxá, onde a indústria, o comércio e a agricultura estiveram presentes em paridade de representação, recomendou:

"1) que os serviços sociais sejam estendidos à classe rural, por meio de uma progressiva adaptação dos processos mais convenientes, indicados pela experiência;

2) que, embora caiba ao Estado, em primeiro plano, o dever de criar e manter os serviços assistenciais ao trabalhador rural, seja reconhecida a necessidade de que participem do seu estudo, organização e direção, os representantes qualificados das atividades rurais. E' êste, aliás, o espírito do decreto.

Estamos seguramente informados de que a Sociedade Nacional de Agricultura e a Comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover a criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que essa é a fórmula mais natural e por isso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agrícola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como precípua condição, para que os poderes públicos nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida mas também para que ela assuma o alto papel que lhe cabe na comunhão brasileira.

Existiam registradas no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, em princípios dêsse ano, cerca de 200 associações rurais e vários processos de registro de organizações em andamento nos Estados. Oito federações estaduais se encontram em funcionamento. A Confederação Rural Brasileira, cúpula da organização, ainda não foi fundada. E' pensamento entretanto dos líderes da classe fundá-la com o maior número de federações, a fim de dar-lhe vida duradoura e absoluta legitimidade de representação. Juntamos uma relação dessas instituições, bem como um esquema da organização prevista no Decreto n.º 8.127.

Escreveu o ilustre Senador Senhor Apolônio Sales que "As associações rurais previstas constituem verdadeiros órgãos de extensão do Ministério da Agricultura, não colidindo com os sindicatos rurais, criados ou a se criarem sob a orientação do Ministério do Trabalho. O decreto em causa objetiva, principalmente, acolher uma realidade nacional, aproveitar o longo trabalho já realizado pelas nossas associações agrícolas e dar à lavoura uma lei mais à sua feição, tendo em vista as peculiaridades do meio, e caráter nitidamente extensivo da atividade, o estado atual de desenvolvimento do espírito associativo, a dificuldade de diferenciação da atividade rural, enfim, considerar, para maiores possibilidades de êxito a profunda diferença que marca o trabalho nas grandes cidades e no campo". "Com essas associações — continua o ilustre ex-ministro da Agricultura — atenderia o poder público à necessidade de

agir em maior profundidade, indo ao encontro dos programas de ação, das deficiências e até das aspirações de todas as classes que, conjugadamente, realizam a vida rural".

Creio ser um trabalho digno de apreço, o que vem sendo realizado com determinação e patriotismo a sombra dessa lei e que, ao meu ver, ao invés de ser combatido, deverá ser altamente prestigiado. Penso que tudo seja suscetível de aperfeiçoamento. A lei terá possivelmente uma ou outra falha, mas os seus altos objetivos e os resultados já apresentados exigem a sua permanência e não a revogação sumária proposta.

Deixemos que a sua aplicação mais demorada e a experiência ponham em evidência os defeitos passíveis de correção, já que, dentre todas as iniciativas para a organização da classe rural, tem sido esta, pelos seus efeitos, a que mais se ajusta ao meio brasileiro.

Sou, pois, pela rejeição do projeto do eminente Sr. Deputado Altino Arantes, com a sugestão de que, atendendo aos imperativos do momento e à recomendação das Classes Produtoras na Conferência de Araxá, se aproveite desde logo a rede de associações rurais para atender a assistência social tão reclamada pelo homem do campo, por todos reconhecida como necessária e urgente e tão bem preceituada nas alíneas "g" e "j" do artigo 17.

Não se cansam os nossos dirigentes de reconhecer a situação de inferioridade em que se encontram os trabalhadores rurais, em relação aos seus colegas da indústria e do comércio; dispõem uns e outros de organizações e de meios financeiros que já lhes proporcionam razoável situação no plano assistencial. Aproveitemos, pois, a determinação do Decreto-lei n.º 8.127, para a imediata distribuição de benefícios, tão reclamados, quanto longínquos.

A indústria e o comércio arrecadam por ano cerca de 500 milhões de cruzeiros para os seus serviços de assistência. De onde vem afinal, essa vultosa importância senão do povo, que produz e trabalha? Assim como a indústria e o comércio, também a agricultura deve suprir-se de recursos para atender às iniciativas imprescindíveis ao seu soerguimento.

Por todas estas razões, somos pela rejeição do projeto n.º 928, de 1948.

Sala "Antônio Carlos", 13 de abril de 1950. — **Horácio Lafer**, Presidente. — **Agostinho Monteiro**, Relator. — **Raul Barbosa**. — **Gaston Englert**. — **João Cleofas**. — **Tolêdo Piza** com restrições. — **Café Filho**. — **Orlando Brasil**. — **Fernando Nóbrega**. — **Leite Neto**. — **Lauro Lopes**. — **Duque Mesquita**. — **Dioclécio Duarte**.

(Diário do Congresso, 26 de abril de 1950, fls. 2.789-50).

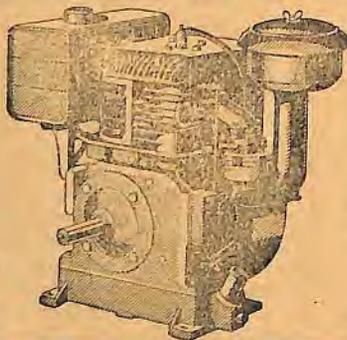
PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**BORGHOFF S. A.**

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619  
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980  
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

O MOTOR IDEAL para o acionamento de geradores, compressores, picadeiras de cana, bombas, etc. A gasolina-1 cilindro-4 tempos

MODELOS DE 0,8 HP A 7 HP em ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.



◆ Leve, porém robusto. Simples de instalar, pois é refrigerado a ar. Durável e econômico. Partida instantânea e manejo muito simples. Oferecido também sob a forma de GRUPOS GERADORES e MOTO-BOMBAS.

Oficina: especializadas e estoque de s. brassalentes.

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

# Tradição



A primeira Fábrica NESTLÉ foi instalada há quase um século em Cham, na bela e hospitaleira Suíça.

Hoje, após tantos anos de trabalho ininterrupto e de incansáveis pesquisas nos campos da ciência e da técnica, o nome NESTLÉ tornou-se uma tradição. Representa, em todo o mundo, um símbolo de qualidade e perfeição. No Brasil, as 3 Fábricas Nestlé, montadas em Araras e Araraquara (Estado de S. Paulo) e Barra Mansa (Estado do Rio), com produção sempre crescente, e uma nova Fábrica, já em construção, bem demonstram o esforço feito para dotar o País de uma indústria de cunho altamente social e que vem contribuindo eficientemente para a solução de um dos maiores problemas da atualidade: a alimentação de crianças e adultos.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL  
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES  
CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA NO BRASIL DOS**

## Produtos NESTLÉ

LEITE CONDENSADO M<sup>l</sup> RCA MOÇA - LEITES EM PÓ: LACTOGENO, NESTOGENO, ELEDON, PELARGON, NINHO - ALIMENTO CONCENTRADO MILO - NESCAO - CREME DE LEITE NESTLÉ - FARINHA LÁCTEA NESTLÉ - AÇUCAR NUTRITIVO NESSUCAR.

# A Visita De Um Grande Técnico Laticinista Uruguaio Ao Brasil

Por *Otto Frensel*, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 22 de abril p. p., o Rio de Janeiro recebeu a visita do Sr. Engenheiro Agrônomo, Juan Minut, Diretor da Cooperativa Nacional de Produtores de Leite ("Conaprole"), de Montevidéu, Uruguai. O ilustre viajante foi passageiro do vapor italiano "Conte Grandé", acompanhado de seu filho, o advogado Dr. Renzo Minut.

Foi recebê-lo no Cais do Pôrto uma comissão, composta dos Srs. Albino Silveiras, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, Osvaldo Ballarin, Otto Frensel, este em nome do "Boletim do Leite", do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e da Sociedade Nacional da Agricultura e Dr. Rubens Magalhães Pecego, Inspetor de Produtos de Origem Animal, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Passados os primeiros momentos da emocionante recepção e acomodados os ilustres visitantes em seu hotel, foi aproveitada a tarde daquele dia, um sábado, para um passeio aos pontos mais pitorescos da Capital Federal. Além dos visitantes e do autor, acompanharam-nos os Srs. Osvaldo Ballarin e Dr. Rubens Pecego.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar alguns pontos interessantes da nossa bela capital.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar outros pontos interessantes da nossa bela capital.

Na manhã do dia 24, visitamos os entrepostos de leite da Sociedade Mineira de Laticínios Ltda., na Estação Alfredo Maia, onde fomos recebidos pelos Srs. Plínio Celestino de Castro e Antonio Fiuzza; da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Ltda., à rua Sotero dos Reis, onde fomos recebidos pelo Sr. Adrião Vila Nova e a Seção de Engarrafamento da CCPL, à rua Jorge Rudge que visitamos detalhadamente sob a orientação do respectivo gerente, Sr. Adriano Lopes Pereira. Nestas visitas fomos acompanhados pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal.

A tarde visitamos o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, em companhia do Dr. Rubens Pecego, tendo sido recebidos por S. Excia. em companhia do Sr. Dr. Paulo Froes da Cruz, seu Assistente. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut manteve longa e interessante palestra com o Sr. Ministro, retribuindo, assim, a honrosa visita que S. Excia. lhe fizera na "Conaprole", por ocasião de sua recente estada no Uruguai. Fomos, também, recebidos pelo Sr. Dr. Henrique Blanc de Freitas, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, com o qual o Sr. Juan Minut, igualmente manteve

longa e oportuna palestra. A seguir fomos recebidos pelo Sr. Dr. Augusto de Oliveira Lopes, Diretor da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal que se encontrava na companhia do Sr. Dr. Luiz de Sá Miranda, do Serviço de Leite e Derivados daquela Divisão. Fomos, ainda, recebidos pelo Sr. Dr. Jorge Pinto Lima, do Serviço de Informação Agrícola o qual proporcionou ao Sr. Juan Minut uma série de publicações de seu interesse.

Na manhã do dia seguinte, 25, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, acompanhado de seu filho, por nós e pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, seguiu para Juiz de Fora em visita a Fábrica-Escola de laticínios "Candido Tostes". Durante esta viagem o Sr. Minut teve ensejo de observar interessantes aspectos do Interior do Brasil. Ao mesmo tempo todos nós que o acompanhamos, tivemos ocasião de chamar a sua atenção para as condições reais dos laticínios brasileiros, suas dificuldades e grandes lutas. O fator distância e grandeza foi o que mais impressionou o nosso ilustre visitante, pois, não cançávamos em lembrar-lhe a grandiosa superfície de cerca de 8.500.000 km<sup>2</sup> do Brasil. As 11,30 chegamos no páteo da FELCT, onde fomos recebidos pelo seu Diretor, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, professores, alunos e funcionários, com aquele espírito amistoso e cavalheiresco que tanto os caracterizam e que resolvemos batizar de "espírito felctiano". Evidentemente, como para todos nós, a visita a FELCT pelo Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi um grande e inesquecível acontecimento, tendo ele tido a grata satisfação de encontrar diversos professores que já o tinham visitado na "Conaprole" em Montevidéu. Via-se que a satisfação era evidentemente recíproca. Difícil e longo seria relatar aqui de alhadamente as emocionantes homenagens que lhe foram tão justamente prestadas. Após as apresentações seguiu-se um luto almoço à brasileira que foi saboreado com evidente satisfação pelo homenageado. Em nome dos alunos falou o Sr. José Partado Pereira, proferindo discurso vibrante, oportuno e vivamente aplaudido, em virtude das justas homenagens que tão bem traduzia. Profundamente emocionado, o homenageado, abraçou o orador e agradeceu com palavras sinceras e muito oportunas. O fim do almoço foi abrilhantado por um afinado grupo de vocalistas, cantando em homenagem ao ilustre visitante as mais conhecidas e atuais canções regionais brasileiras.

Seguiu-se uma detalhada visita aos laboratórios da Escola e à fábrica propriamente dita. O Sr. Juan Minut tudo visitou com evidente interesse, demonstrando-se nas várias seções onde proferiu observações de grande valor para os presentes, em alguns casos verdadeiras aulas que foram altamente apreciadas.

Finalmente teve lugar uma sessão solene no salão respectivo sob a presidência do Diretor da FELCT, Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade o qual convidou para fazer parte da mesa os ilustres visitantes, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, seu fi

Ibo Dr. Renzo Minut, Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal e Otto Frensel, representando o "Boletim do Leite", os Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e a Sociedade Nacional de Agricultura. Com a sala repleta de professores, alunos, funcionários e visitantes, o Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira proferiu um discurso inicial, enaltecendo a honrosa presença do Sr. Ministro. A seguir proferiu brilhante oração o professor Dr. Dante Nardelli que foi muito aplaudido. Respondendo, altamente comovido, o homenageado, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, o qual teve ensejo de relatar, nesta oportunidade, referências sobre os problemas dos laticínios em geral que representam uma verdadeira e das mais úteis aulas sobre este assunto. Em brilhante oração, prestou homenagem a nós, como patrono da Biblioteca "Otto Frensel" do Diretório Acadêmico da FELCT, o aluno Paulo Gomes. Vivamente emocionados, agradecemos esta homenagem a qual mui agradavelmente nos surpreendeu, notadamente por ter sido pronunciado na presença de tão seletto auditório. Aproveitamos do ensejo para entregar aos responsáveis pela referida biblioteca alguns livros novos que oferecemos a mesma. A seguir, o Sr. Professor Dante Nardelli entregou ao Sr. Juan Minut, como homenagem especial da FELCT a flâmula da Escola e uma carteira de Felctiano Benemérito. Finalmente foram oferecidos aos visitantes os distintivos da FELCT, os quais foram afixados respectivamente, ao Sr. Juan Minut pelo aluno, Sr. Augusto da Silva Carvalho, ao Sr. Dr. Rubens Pecego, pelo aluno Sr. José Furtado Pereira e ao Sr. Otto Frensel pelo aluno, Sr. Paulo Gomes.

Todos os homenageações agradeceram vivamente sensibilizados. No livro dos visitantes, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut deixou consignada a ótima impressão de tudo que lhe fôra dado observar. Este exemplo foi seguido pelos demais visitantes. Depois de feitas as mais cordiais despedidas, voltamos no mesmo dia para o Rio de Janeiro. Durante a viagem comentamos longamente a nossa tão útil e agradável visita a FELCT. Foi para nós uma grande satisfação verificar a ótima impressão que essa visita tinha despertado em nosso ilustre hóspede. Desejamos, por isso, reiterar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos ao digno Diretor da FELCT, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade e a todos os professores, alunos e funcionários.

Na tarde do dia 26 visitamos, em companhia do Sr. Albino Silveiras, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, as fábricas da Cia. U. S. Harkson do Brasil, fabricantes dos Produtos Sorvex "Kibon" (ice cream). Fomos recebidos pelos Srs. Kent Lutey, Presidente da Cia. e B. A. Kabushko Diretor Técnico. Tendo como guia o próprio Presidente da Cia. Sr. Kent Lutey, tivemos ensejo de visitar detalhadamente, tanto a antiga fábrica à Rua do Matoso, como a nova em fase final de construção na Rua Visconde de Niterói. Tanto uma como a outra impressionam sobremaneira qualquer visitante e a impressão do Eng. Agr. Juan Minut foi incontestavelmente das melhores. Como técnico de profundos conhecimentos que é, teve o Sr. Juan Minut ensejo de verificar que possuímos no Brasil uma indústria de laticínios que presta os mais assinalados serviços a população no fornecimento de produtos alimentícios de mais elevado valor nutritivo, aliados a higiene impecável e a apresentação a mais convidativa. Si esta finalidade já foi conse-

guida com a fábrica provisória atual, bem podemos imaginar o que não será conseguido com a fábrica nova que representa, indiscutivelmente, a última palavra na idealização, de uma moderna e eficiente fábrica de "ice cream".

A visita seguinte foi feita ao Serviço de Fiscalização Sanitária do Leite, onde fomos recebidos pelo conhecido técnico, Sr. Dr. Marcos Miglievich, chefe deste serviço há longos anos. Travou-se, entre os dois grandes técnicos animada palestra que acompanhamos com grande interesse, dados os profundos conhecimentos que dela colhemos. Visitamos as várias seções do Serviço de Fiscalização do Leite do Rio de Janeiro, tendo o Sr. Juan Minut nesta oportunidade, também, ensejo de palestrar com a Sra. Dra. Luiza Saraiva, Química Chefe e Dr. José M. C. Marçal, Chefe do Serviço de Microbiologia, ambos antigos e reputados técnicos.

No dia 27 acompanhamos o Sr. Eng. Agr. Juan Minut e filho para uma visita a São Paulo para onde seguimos, de manhã cedo, por avião. No Aeroporto paulista fomos recebidos pelos Srs. Francisco da Silva Villela (Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo e sócio da firma Alves, Azevedo S/A), Dr. Tarquinio Oliva da Fonseca (Presidente em exercício do referido Sindicato e Diretor da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor"), Dr. Cesare Giusti (Diretor da Cia. Brasileira de Laticínios Polenghi) e Dr. Pascoal Mucciolo (Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo). Após os cumprimentos e animada palestra, depois de instalados no hotel, seguimos em visita a Sociedade de Laticínios Domínio Ltda., acompanhados do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Fomos otimamente recebidos pelos diretores daquela empresa, Srs. Olindo Lello e Maria Garaldi, os quais mostraram detalhadamente ao Sr. Juan Minut as instalações existentes, descrevendo, também, as inovações que estavam em período de instalação.

A tarde foi dedicada a uma visita demorada e detalhada as grandiosas instalações da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor" onde, em companhia do Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Luiz A. Penha, Diretor da "Revista dos Criadores", fomos recebidos pelos diretores daquela sociedade Srs. Otto R. Jordan, Dr. Tarquinio Oliva da Fonseca, Totila Jordan e Will Otto Jordan.

Na manhã do dia seguinte, 28, visitamos, primeiramente, a fábrica do conhecido queijo "Catupiry" do Sr. M. Silvestrini o qual nos recebeu com grande satisfação. Impressiona, não só a originalidade da indústria, pois, se trata de um tipo de queijo inteiramente idealizado pelo Sr. Silvestrini, mas, também, as excelentes condições técnicas e higiênicas de toda a fábrica. O aspecto mais original consiste no fato de todas as máquinas terem sido idealizadas e construídas pelo próprio Sr. Silvestrini. Não se trata, porém, apenas, da aparelhagem para a fabricação do queijo, mas, também, de máquinas originais para a fabricação das caixas especiais e dos sacos de "cellophans". Foi uma visita muito útil e de véras interessante. Acompanhamos-nos nesta interessante visita os Srs. Dr. Otto Magalhães Pecego, Inspetor Chefe da Inspetoria Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, no Estado de S. Paulo e Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento do Leite no Interior da Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal do Departamento da Produção Animal do Estado de São Paulo.

A seguir, a convite do Sr. Dr. Otto Pecego, visitamos a sede de sua Inspetoria Regional, onde o Sr. Juan Minut teve ensejo de apreciar o gigantesco trabalho dessa útil Inspetoria, colhendo dados, estatísticos, mapas, etc.

A visita seguinte, também, em companhia dos dois referidos conhecidos técnicos paulistas, foi a fábrica da Cia. U. S. Harksen do Brasil em São Paulo, onde fomos recebidos pelo gerente, Sr. Collin Smith o qual nos mostrou, com interesse e detalhes, não só a instalação de fabricação do "ice cream" "Kibon", como, também, a nova instalação de desidratação de ovo e de leite. O Sr. Juan Minut teve, assim ensejo de conhecer mais uma etapa do grande progresso da Indústria do "ice cream" no Brasil, graças a iniciativa e competência da referida companhia.

A tarde foi dedicada a uma visita detalhada ao Departamento da Produção Animal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, situado no belo parque da Avenida Agua Branca. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut e comitiva, acompanhado do Sr. Dr. Otto Magalhães Pecego e Professor Dr. Pascoal Mucciolo, foi recebido pelo Sr. Dr. Fernando F. da Costa Filho, Diretor da Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal, em cuja companhia percorremos todos os serviços da referida divisão, tendo o Sr. Dr. Juan Minut ensejo de palestrar com os técnicos, chefes dos referidos serviços, colhendo dados e impressões muito úteis. Tivemos, ainda, ensejo de visitar a Biblioteca do Departamento, onde o Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi obsequiado com uma série de trabalhos distribuídos pela referida biblioteca.

A noite acompanhamos o Sr. Juan Minut numa visita a sede da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, a convite do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Convidado para fazer parte da mesa, o Sr. Juan Minut teve ensejo de ouvir vários oradores, expondo teses muito interessantes sobre o assunto principal da reunião "a mastite". Instalado para fazer observações originais sobre a matéria em discussão, mostrando, assim, o profundo conhecimento que possui de todos os detalhes que possam interessar a produção do leite.

Inadiáveis compromissos nos obrigaram a voltar para a Capital Federal na noite daquele dia, de maneira que, muito a nosso pesar, tivemos que nos despedir do nosso grande amigo e ilustre visitante, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, de seu filho Dr. Renzo Minut e de todos os amigos paulistas que com tanta boa vontade e interesse nos acompanharam nessa inesquecível visita histórica para os laticínios de São Paulo e do Brasil. Estavam presentes no momento o Sr. Dr. Antonio Brasileiro da Costa, Consultor jurídico do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais o qual, em nome do referido Sindicato, fez cumprimentos ao nosso ilustre visitante, bem como os Srs. Felice Piccinini e Dr. Cesare Giusti, diretores da Cia. Brasileira de Laticínios "Polenghi".

Não tivemos, pois, o prazer de poder acompanhar o Sr. Juan Minut em suas visitas nos dias 29 e 30 do corrente, mas baseados numa carta que nos escreveu o nosso grande amigo, Sr. Professor Dr. Pascoal Mucciolo o qual os acompanhou nas visitas desses dias, estas foram as seguintes:

O dia 29 foi inteiramente dedicado a uma visita a Campinas, onde foram visitadas as seguintes granjas, produtoras de leite tipo "A": Sant'Ana, Santa Candida e São Martinho, bem como a Fazenda "Anhumás", produtora de leite tipo "B". Visitou-se, também, a moderna usina, exportadora de leite tipo

"B" e "C" da Cia. Leco de Produtos Alimentícios Ltda. Pelo proprietário da Granja São Martinho foi oferecido um almoço ao Sr. Minut o qual estava acompanhado do Sr. Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento de leite no Interior do Departamento da Produção Animal do Estado, bem como do Sr. Pascoal Mucciolo, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária da Faculdade de São Paulo. Segundo carta que já recebemos do Sr. Juan Minut, ele achou esta visita a Campinas muito interessante e pretende escrever algo sobre ela na revista argentina "La Industria lechera".

O último dia de sua tão curta estada no Brasil, dia 30, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut aproveitou para visitar pontos pitorescos e interessantes da Capital Paulista, como sejam o Instituto Butantan, Jockey Club, Clube Pinheiros, Jardim América, Jardim Europa, etc. Ele foi acompanhado nestas visitas pelos Srs. Drs. Cesare Giusti, Fidelis Alves Netto e Pascoal Mucciolo.

Finalmente, no dia 1º do mês corrente, segunda-feira, de manhã cedo, teve lugar o seu embarque no aeroporto de volta para Montevideo. Estiveram presentes para lhe apresentar os cumprimentos de despedida e de boa viagem os Srs. Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Cesare Giusti.

A visita deste nosso velho e caro amigo nos deixou, como a todos que com ele tiveram ensejo de privar, durante a sua tão curta estada aqui, a mais agradável impressão já pelos seus dotes pessoais, como pelo vasto e profundo conhecimento que possui de tudo quanto se relaciona aos assuntos laticínios.

Este conhecimento aliás não nos era estranho, leitores que somos dos seus inúmeros e úteis trabalhos originais. Infelizmente a sua visita foi demasiadamente curta, pois, muitas das visitas projetadas tiveram que ser cortadas para o nosso grande pesar e dos demais interessados.

Por nosso intermédio o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, reitera os seus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que tanto o homenagearam em sua visita, enviando a todos os seus mais cordiais cumprimentos.

De nossa parte, também, agradecemos ao distinto visitante a grande honra que nos proporcionou, certos que estamos de termos estratado ainda mais os laços de amizade já existentes e de termos conseguido mais um amigo sincero do Brasil. Nesta agradável convicção, formulamos sinceros votos de felicidade e saúde, bem como de volta ao Brasil para muito em breve.

## LAVRADOR:

Inscribe-te sócio da  
**SOCIEDADE NACIONAL DE  
AGRICULTURA**

Informações: Av. Franklin Roosevelt, 115, 6º andar — C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981 — Rio de Janeiro.

INTERNATIONAL HARVESTER  
FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS — PARA TRABALHOS ESSENCIAIS



## Que é isto... Agricultura ou Engenharia?

Ambas as coisas - agricultura e engenharia - o sr. encontrará nas fazendas modernas, porque, além do cultivo intensivo da terra, se fazem os trabalhos de terraceamento e conservação do solo e controle de água.

Felizmente, o agricultor necessita fazer unicamente *uma só inversão em equipamento*. As máquinas agrícolas standard McCormick International que ajudam a deter a erosão do solo e a reter a água são as mesmas máquinas que produzem safras melhores e mais abundantes. Os métodos modernos de conservação do solo são simples, econômicos e absolutamente essenciais. Graças a eles, a indústria agrícola pode aumentar a produção ao mesmo tempo que



conserva a terra fértil e produtiva para as gerações vindouras. O seu distribuidor de maquinaria agrícola McCormick International terá muito prazer em mostrar-lhe como as máquinas agrícolas modernas podem evitar os

Um bom exemplo de como as máquinas agrícolas standard podem conservar o solo é a combinação de um trator Farmall McCormick International com um arado de dois discos conectado diretamente com o trator.

Este arado tem uma roda traseira de fácil controle e pode retroceder e manobrar com grande facilidade para construir e manter terraços.

Use este conjunto para conservar o humus e aumentar a sua fertilidade.

perigos da erosão e aumentar a produção da sua terra. Solicite-nos o novo livrinho "O seu Equipamento Agrícola", que acabamos de editar e que lhe remeteremos gratuitamente. Caixa Postal 670, Rio de Janeiro

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

Rio de Janeiro, Av. Barão de Tefé, 74 — São Paulo, Rua Oriente 57 — Porto Alegre, Rua Gaspar Martins, 203

**INTERNATIONAL**



**HARVESTER**

• Tratores • Máquinas Agrícolas McCormick International

Força Industrial • Caminhões International

# O BANCO DO BRASIL E O CRÉDITO AGRÍCOLA

Como nos anos anteriores, abre a "A LAVOURA" espaço para a parte do Relatório do Banco do Brasil, referente às operações da sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

É uma necessidade para a classe rural, não só tomar conhecimento dos esforços que veem sendo despendidos pelo tradicional estabelecimento bancário, no afan de dotar a nossa agricultura desse indispensável elemento propulsor que é o crédito, como familiarizar-se com os vários tipos desse crédito, servindo a uma atividade complexa e sui-generis, como a agricultura, porque, é preciso que se diga, do conhecimento, por parte do homem do campo, das modalidades peculiares ao crédito rural, também dependem o seu bom êxito e a sua maior difusão nos meios agrícolas.

A análise desse importante setor da vida do Banco do Brasil em 1949, segundo os dados do Relatório do seu presidente, leva-nos, desde logo, a três importantes conclusões:

- 1a — pequeno aumento na rubrica dos recursos destinados a atender ao crédito agropecuário;
- 2a. — maior emprego de recursos no dito crédito;
- 3a. — maior distribuição do crédito entre os pequenos produtores.

Enquanto em 1948 os recursos específicos disponíveis da Carteira montaram a 1.591.433.734,70 em 1949 apresentam-se com o pequeno aumento de 1.732.115.577,70, o que obrigou o Banco, para atender ao crescente movimento da Carteira Agrícola, a valer-se como nos anos anteriores de outras fontes de suprimento, visto como, lamentavelmente, a arrecadação dos recursos a que se refere o decreto-lei n. 3077, de 26 de fevereiro de 1941, ficou "muito aquém da expectativa".

Houve, contudo, um aumento nas aplicações agro-industriais de cerca de mais de meio milhão de cruzeiros em 1949, pois que as aplicações do ano anterior, de 3.421.753.775,50, passaram para 4.047.766.252,30 no exercício seguinte.

Em começos de 1948, foi a Sociedade Nacional de Agricultura convocada a participar de uma reunião, sob a presidência do Exmo. Sr. Presidente

da República, à qual compareceram os Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil, e o Diretor da respectiva Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Foi, então, pelo Dr. Arthur Torres Filho apresentado o ponto de vista da Sociedade, que ficou resumido na seguinte conclusão:

"Dentro das idéias expostas e dado o pensamento de S. Excia. o Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparar os verdadeiros produtores nacionais, ousa a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente à situação do pequeno produtor:

— Facilidade, em todo o país, de crédito até o limite de Cr\$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatário, colonos, etc., a ser concedido através das agências do Banco do Brasil e, sempre que possível, sob a forma de acôrdo com cooperativas, associações rurais, e mesmo com outros bancos regionais e locais, obedecendo a uma supervisão central, afim de evitar possíveis desvirtuamentos e, sobretudo, afastar os conhecidos entraves burocráticos, que tornam difícil no momento qualquer operação de crédito de que careça o agricultor."

A terceira conclusão desta rápida apreciação está assim plenamente justificada: a Carteira, que em 1947 forneceu apenas 2.291 empréstimos aos pequenos produtores (limites de 250,00 a 30.000,00) subiu em 1948 para 3.803, elevando-se para 5.946 no exercício em reparo.

É uma situação auspiciosa, que vem ao encontro dos desejos da classe rural, expostos pela Sociedade Nacional de Agricultura na memorável reunião, a que nos referimos.

Um outro ponto, que merece favorável reparo é o capítulo referente ao financiamento das máquinas agrícolas. Sabemos todos que o regime do trabalho da enxada, em que de um modo geral ainda se encontra a nossa agricultura, é um dos motivos do alto custo e do fraco rendimento da nossa produção rural. Tôdas as medidas que visem à disseminação do emprêgo da máquina em nossas atividades de campo, são portanto benéficas à nossa eco-

nomia. Enquanto não dispuzermos do nosso parque industrial, capaz de fornecer a preço baixo máquinas apropriadas ao nosso meio e às nossas culturas, teremos de ir buscar no estrangeiro aquelas que possam fazer render o trabalho, e diminuir o custo da produção. Por várias vezes, a Sociedade Nacional de Agricultura pleiteou, junto aos órgãos capazes, entre os quais o Conselho Federal do Comércio Exterior, a implantação da indústria de máquinas agrícolas no país, tendo, mesmo, levado ao Governo estudos e planos a respeito. Seria o caso de o Banco do Brasil estudar, para utitricies providências, esse outro aspecto do problema: a produção nacional de máquinas agrícolas. De qualquer modo, o financiamento da importação de máquinas é já um elemento altamente favorável aos objetivos da melhoria da produção. As cifras que encontramos no relatório são bastante promissoras: de 19 empréstimos em 1947, a quem da casa do milhão de cruzeiros, passou essa rubrica para 498 operações em 1949, no valor de 52 milhões de cruzeiros.

Também, no que se refere ao trigo, cuja produção ascendente em breve esperamos libertará o país da dependência estrangeira, o auxílio da Carteira não foi menos substancial: de pouco mais de . . . . . 1.143.000,00 em 1947, passaram os financiamentos ao trigo para 27.115.000,00.

No setor industrial — que em alguns aspectos não pode ser separado do agrícola, pois que muitas das indústrias ali compreendidas são puramente rurais, como as do açúcar, do vinho, do charque, do trigo, do algodão, seu beneficiamento, etc., não foi menos proveitosa a interferência da Carteira, tendo esses setores de nossa economia se beneficiado com 265 milhões de cruzeiros para o seu maior desenvolvimento.

Da leitura do Relatório do Banco do Brasil, nessa parte vital para a economia do país, que é o crédito rural, se infere que muito já vem realizando a sua Carteira Agrícola, e que, se lhe não faltarem recursos, aliás previstos, nela terá a produção agro-pecuária brasileira um decisivo ponto de apoio, e até um estímulo precioso.

Fazemos, daqui, os melhores votos para que a orientação do digno presidente do Banco do Brasil, sr. Ovidio de Abreu, exemplarmente seguida pelo operoso diretor da Carteira Agrícola e Industrial, Sr. Marino Machado, seja, como até aqui, no sentido do seu constante aperfeiçoamento e simplificação.

Com isto, estará o Banco do Brasil integrando-se, cada vez mais, no conjunto das forças impulsionadoras da nossa economia e do nosso progresso.

## OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

*Trecho do Relatório apresentado à Assembléia geral realizada em 27 de abril do corrente ano pelo Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ovidio de Abreu.*

### a) Recursos e Aplicações

O Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940, que fixou em 7% ao ano a taxa máxima de juros compensatórios dos financiamentos rurais, e o Decreto-lei n.º 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, baixaram normas destinadas a prover o Banco do Brasil dos recursos adequados às operações de crédito especializado, tornando compulsório o recolhimento à sua caixa dos depósitos judiciais, dos depósitos exigidos pelas empresas concessionárias de serviços públicos e de 15% dos depósitos ou fundos das instituições de previdência.

Não poderia a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sob pena de vêr comprometida a sua missão fundamental, que é a de fomentar, através de eficiente amparo financeiro, o desenvolvimento da

riqueza do País — em harmonia, portanto, com os elevados propósitos do Governo Federal — prescindir dos recursos que lhe asseguraram os aludidos Decretos-leis.

A arrecadação dos citados recursos ficou, entretanto, muito aquém da expectativa, porque os recolhimentos das instituições de previdência — de cujo volume mais se esperava — foram sensivelmente diminuídos em virtude de interpretação restritiva que vem sendo dada aos termos do Decreto-lei n.º 3.077.

O quadro a seguir, dos recursos e aplicações da Carteira em 31 de dezembro de 1949, demonstra que não se modificou, no exercício, a situação que já tem sido objeto de comentários em relatórios anteriores: com aplicações que totalizavam 5.634 milhões de cruzeiros, a Carteira só dispunha de recursos específicos no montante de 1.732 milhões

## CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

## Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

## R E C U R S O S

## A P L I C A Ç Õ E S

## Recursos próprios da carteira:

(Decreto-lei n. 3.077, de 26-2-94)

	Cr\$
Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias .....	1.085.661.781,90
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais .....	32.631.723,10
Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos .....	147.865.186,20
Depósito obrigatório a prazo fixo (Institutos) .....	390.093.886,50
Bônus em circulação .....	1.656.252.577,70
	<u>75.863.000,00</u>
	1.732.115.577,70

## Recursos de outras origens:

Da Carteira de Redescantos .....	2.387.506.598,70
Das disponibilidades gerais do Banco .....	1.515.180.516,70
	<u>5.634.802.693,10</u>

	Cr\$
Empréstimos rurais .....	4.047.766.252,30
Empréstimos Industriais .....	1.125.326.500,40
Empréstimos sobre produtos agrícolas decorrentes do contratos com o Governo Federal:	
Cêra de carnaúba (Lei 694, de 26-2-948) .....	1.202.243,10
Cêra decarnaúba (Lei 694, de 7-5-949) .....	70.941.647,60
Gêneros alimentícios (Lei 615, de 2-2-949) .....	6.122.115,30
	<u>78.266.006,00</u>
Créditos em liquidação .....	5.251.358.758,70
	<u>383.443.934,40</u>
	<u>5.634.802.693,10</u>

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-949.

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

O Banco do Brasil, empenhado em não restringir as operações de crédito especializado, tem lançado mão de suas disponibilidades gerais para suprir a falta dos aludidos recursos. Fá-lo, porém, com sacrifício de sua economia, uma vez que aplica em empréstimos rurais, que representam mais de 80% dos financiamentos realizados pela Carteira e não comportam, por força de lei, juros superiores a 7% a.a., somas importantes, que lhe renderiam mais se invertidas em operações comerciais.

Não houve alteração no total de bônus em circulação, os quais se expressam em 76 milhões de cruzeiros, tendo-se verificado, no exercício, pequeno acréscimo no montante dos depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos (390 milhões de cruzeiros).

Realizou a Carteira, desde sua fundação, . . . . 157.211 contratos, no valor de 23.745 milhões de cruzeiros, dos quais 124.479, somando 17.662 milhões de cruzeiros, foram liquidados até 31 de dezembro de 1949, restando em vigor, na mesma data, 32.732 contratos, no total aproximado de 6.083 milhões de cruzeiros, inclusive créditos ainda não utilizados.

#### b) Crédito Agrícola

Enquanto em 1947 foram feitos 5.448 financiamentos agrícolas (incluídos os agro-industriais), no valor de 1.209 milhões de cruzeiros, subimos em 1948 para 8.676 contratos, no total de 1.583 milhões, atingindo em 1949 a 12.301, no montante de 2.378 milhões de cruzeiros.

A variação sobre o exercício passado, foi, assim, em 1949, de mais 3.625 contratos, somando 795 milhões de cruzeiros.

Visando ao aumento da produção, mormente de gêneros alimentícios, estamos empenhados em ampliar o número de financiamentos agrícolas, estendendo a assistência da Carteira por um grande círculo de lavradores, de preferência pequenos e médios.

Em 1949, os empréstimos rurais até Cr\$ . . . . . 30.000,00, constituíram 44% do total. Essa percentagem fôra, no exercício de 1948, de 41%.

Foram estabelecidas normas especiais com o fim de facilitar os empréstimos a pequenos produtores, assim considerados os não excedentes de vinte mil cruzeiros.

Desde que o produtor seja radicado e conhecido em sua zona como elemento honesto e trabalhador, pode obter o financiamento da entressafra de sua lavoura, até aquêl limite, com um mínimo de demora e despesas, estando dispensadas a avaliação prévia da safra e as certidões usualmente exigidas, ouvando-se o Banco nas declarações do interessado.

No mesmo dia da assinatura do contrato de penhor, pode o cliente retirar a primeira parcela do esquema de utilização do crédito aberto, promovendo o próprio Banco o registro do contrato e admitindo a inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser dos recursos suficientes para pagá-las. Permite ainda que nos mesmos orçamentos estejam compreendidas verbas para manutenção do lavrador e de sua família.

E' nosso pensamento elevar gradativamente o limite estabelecido para gozo dessas facilidades, desde que a experiência demonstre não envolverem essas operações riscos demasiados.

Mas, em suas relações com os pequenos produtores, deparam-se à Carteira sérias dificuldades. Muitos dêles são elementos mais ou menos nômades, cultivam terras arrendadas e mudam de domicílio frequentemente. E' compreensível que não nos seja fácil prestar-lhes auxílio quando chegam à zona de uma das Agências inteiramente desconhecidas.

O pequeno lavrador, o arrendatário, que não pode oferecer, nos seus índices individuais, base suficiente para obtenção de financiamento, em que entrará sempre, como é inevitável, uma parcela apreciável de crédito pessoal, conseguirá alcançar o auxílio necessário, amparando-se, através da organização cooperativista, na solidariedade de outros pequenos lavradores.

E' indiscutivelmente o cooperativismo a solução ideal do problema do pequeno produtor. Dispensamos todo interesse às operações com cooperativas (às quais concedemos juros especiais) e realizamos com várias delas contratos anuais de financiamento, beneficiando inúmeros lavradores.

Foram concedidos, em 1949, a diversas cooperativas, 49 empréstimos, no valor de cerca de 69 milhões de cruzeiros.

Infelizmente, porém, o número de cooperativas é muito menor do que se poderia desejar e se justificaria pelo número de produtores em atividade.

E' sabido que um dos maiores obstáculos à organização e ao êxito das cooperativas entre nós é a falta, no seio da classe dos pequenos produtores, de elementos com as indispensáveis qualidades de líderes e administradores. E essa dificuldade é também um sério obstáculo às operações de crédito com as cooperativas.

#### MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Tiveram apreciável incremento, no exercício, os empréstimos para aquisição de máquinas agrícolas.

Com o êxodo constante do trabalhador rural atraído por melhores perspectivas de vida nos centros urbanos, é urgente que a mecanização amplie as possibilidades da agricultura, atenuando os efeitos do desfalque do trabalho humano.

Em 1947, os financiamentos para compra de máquinas não passaram de 19, no valor de 829 milhares de cruzeiros; em 1948, foram já 64 operações, somando 6 milhões, e, em 1949, subiram esses empréstimos a 498, no total de 52 milhões de cruzeiros.

## PRODUTOS

### AÇÚCAR (LAVOURA E INDÚSTRIA)

Permanecendo as condições anteriores, nossos financiamentos à lavoura de cana e às usinas de açúcar — atividades que continuam absorvendo maior soma de recursos da Carteira — elevaram-se, em 1949, a 547, no valor de 900 milhões de cruzeiros, enquanto em 1948 foram em número de 331, no total de 557 milhões de cruzeiros. Dêsse modo, a variação do exercício está representada por mais 216 empréstimos, no montante de 343 milhões de cruzeiros.

### ALGODÃO HERBÁCEO

Mantidas as bases dos financiamentos, elevaram-se estes, em 1949, a 2.487, no valor de 193 milhões de cruzeiros. No exercício anterior, haviam sido em número de 1.399, no total de 108 milhões de cruzeiros, verificando-se, pois, a variação de mais 1.088 contratos, correspondentes a 85 milhões de cruzeiros.

### CACAU

Inalterado o limite de financiamento de entressafra — Cr\$ 30,00 por arroba de produção estimada —, efetuamos, em 1949, 349 empréstimos, no montante de 22 milhões de cruzeiros. Tendo-se realizado, em 1948, 142 operações, no total de 41 milhões de cruzeiros, as oscilações ocorridas expressam-se, no valor, por uma queda, enquanto seu número mostra-se bem maior, com uma diferença de 207 contratos.

Vencido em 29 de dezembro, foi prorrogado por um ano o empréstimo de 30 milhões de cruzeiros concedido ao Estado da Bahia, sob penhor mercantil de amêndoas de cacau, e destinado a adiantamentos, pelo Instituto de Cacau, aos cacauicultores que venderem ou entregarem o produto àquela entidade. Facultamos, ainda, o direito de reutilização das margens do crédito que se verificarem em consequência de remições decorrentes das vendas efetuadas.

## CAFÉ

Não houve modificação nas bases e condições aos financiamentos comuns de lavouras. Entretanto, ante a perspectiva de apreciável redução da atual safra, motivada pela longa estiagem, resolvemos adotar solução de emergência, aguardando a transformação em lei do projeto n.º 801-1949, da Câmara dos Deputados, o qual dispõe sobre o financiamento especial nos períodos agrícolas entre 1.º de novembro de 1949 e 31 de outubro de 1952.

Assim, em caráter excepcional, autorizamos financiamentos fora das bases em vigor (estabelecidas estas em função das colheitas previstas) mas limitados ao estritamente indispensável para exclusivo custeio da parte, nas lavouras prejudicadas pela seca, considerada potencialmente de produtividade econômica. Convencionou-se que os empréstimos não deveriam exceder de 60% do valor da safra prevista somado ao de outras garantias admitidas, e que nos pudessem oferecer os proponentes, na falta de recursos para atender ao excesso do custeio sobre o financiamento máximo.

Já no fim do exercício, a 24 de dezembro, foi sancionada a Lei n.º 1.003, que autoriza o Poder Executivo a contratar com este Banco, nos mencionados períodos agrícolas e sob responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade, ocasionada pela seca, não se enquadre nas disposições do regulamento da Carteira.

Nossos financiamentos comuns à lavoura de café, desde 1945, se expressaram pelos seguintes algarismos:

Anos	Número	Cr\$ 1.000
1945 .....	1.522	171.813
1946 .....	2.063	303.385
1947 .....	1.904	343.070
1948 .....	3.061	511.283
1949 .....	3.302	676.023

### CÊRA DE CARNAÚBA

#### Financiamentos especiais

Em cumprimento da Lei n.º 694, de 7 de maio de 1949, e nos termos do contrato para sua execução, celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco em 23 de julho de 1949, a Carteira autorizou empréstimos especiais, mediante penhor mercantil de cêra de carnaúba das safras de 1947/48, 1948/49 e 1949/50.

Essa providência objetivou a defesa do mercado do produto, cujas cotações sofriam, no momento,

forte pressão baixista, com reflexos perturbadores na marcha das exportações.

Foi fixada a seguinte base de adiantamentos por arroba de 15 quilos líquidos, de cêra dos

Tipos	Cr\$
1 .....	580,00
2 .....	560,00
3 .....	420,00
4 .....	400,00

Facultou-se aos mutuários liquidar os respectivos contratos por meio da venda do produto empenhado ao Governo Federal. Outrossim, foi permitida que os financiamentos do mesmo gênero concedidos anteriormente a agricultores e industriais, em execução da Lei n.º 266, de 26 de fevereiro de 1948, e nos termos da autorização governamental contida no Aviso n.º 467, de 22 de julho de 1948, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, fôsem ajustados às condições estabelecidas para cumprimento da Lei n.º 694.

Os saldos devedores dos empréstimos especiais sobre cêra de carnaúba, em 31 de dezembro, eram os seguintes:

Lei n.º 266, de 26-2-48 .. Cr\$ 1.202.243,10  
 Lei n.º 694, de 7-5-49 .. Cr\$ 70.941.647,60

Segundo disposição da Lei n.º 694, os fundos destinados a essas operações seriam os previstos no parágrafo primeiro do artigo 198 da Constituição Federal. Para não retardar a respectiva realização, todavia, deliberou o Banco efetuar os empréstimos com seus próprios recursos, enquanto não recolhidos pelo Tesouro Nacional os referidos fundos.

Demonstramos, a seguir, a evolução dos empréstimos feitos no regime das Leis 266 e 694:

Lei n.º 266, de 26-2-48	N.º	Cr\$	Quilos
Créditos concedidos .....	109	51.308.644,80	2.450.691
Idem resgatados .....	49	21.611.128,40	996.177
	60	29.697.516,40	1.454.514
Idem transferidos para o regime da Lei n.º 694 ..	57	29.094.523,30	1.426.694
Créditos em ser .....	3	602.993,10	27.820
<b>Lei n.º 694, de 7-5-49</b>			
Créditos concedidos, inclusive os transferidos do regime da Lei n.º 266 .....	130	79.157.052,70	2.742.584
	7	4.242.186,30	93.800
	123	74.914.866,40	2.648.784
Idem resgatados .....	6	3.821.520,00	124.740
Idem liquidados a débito do Tesouro Nacional ..	117	71.093.346,40	2.524.044
Créditos em ser .....			

TRIGO

Iniciada nossa assistência na região meridional do País, foi ela estendida ao Estado de São Paulo, onde se esboçam fortes possibilidades na zona sul e no vale do Paraíba, e estamos no propósito de levar amparo financeiro aos Estados que apresentem condições favoráveis à lavoura do trigo, produto de vital importância para nossa economia.

Em outubro, a Carteira fez-se representar em Belo Horizonte, para tomar parte na primeira Mesa Redonda do Trigo, promovida por importantes órgãos de Minas Gerais, verificando-se, naquela ocasião, no campo de cooperação de trigo da variedade **Kenia 155**, mantido pela Secretaria da Agricultura do Estado, o início oficial da safra, com o expressivo resultado de 2.900 quilos por hectare, sendo o produto de excelente qualidade.

Os financiamentos à lavoura de trigo passaram de 54 contratos, no montante de Cr\$ 1.143.000,00, em 1947, para 460, na soma de Cr\$ 10.748.000,00, em 1948, e para 828, no total de Cr\$ 27.115.000,00, em 1949.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

(Plano de emergência)

Visando a estimular a produção de gêneros alimentícios, por meio da garantia de preços mínimos, baixou o Govêrno a Lei n.º 615, de 2 de fevereiro de 1949, para cuja execução foi celebrado, em 16 de maio de 1949, contrato entre o Ministério da Fazenda e o Banco, havendo-se iniciado, logo a se-

guir, as operações, que podem ser de duas modalidades :

- aquisição imediata da mercadoria ou
- empréstimo sob penhor mercantil, facultado ao devedor o resgate por meio da entrega do produto ao Governô Federal.

Foram contemplados os seguintes produtos, das safras de 1948-49, 1949-50 e 1950-51, e fixados os preços básicos adiante mencionados, para o exercício de 1949:

	Cr\$
Arroz beneficiado .....	155,00 por sacco de 60 kg
em casca .....	55,00 " " " " "
Feijão .	
das variedades brancas	115,00 " " " " "
idem de côres .....	105,00 " " " " "
idem pretas .....	100,00 " " " " "
Milho .....	60,00 " " " " "
Soja .....	90,00 " " " " "
Trigo .....	120,00 " " " " "
Amendoim .....	60,00 por sacco de 25 kg
Girassol .....	2,00 por quilo.

Por Decreto do Poder Executivo, n.º 27.396, de 4 de novembro de 1949, foram mantidas, para o exercício de 1950, as cotações do feijão, da soja e do girassol; as dos demais produtos sofreram variações, como segue :

	Cr\$
Arroz beneficiado .....	180,00 por sacco de 60 kg
Milho .....	66,00 " " " " "
Trigo .....	150,00 " " " " "
Amendoim .....	66,00 por sacco de 25 kg

Só pode ser objeto de aquisição ou penhor produto que se ache depositado em armazéns pertencentes aos Estados ou por estes controlados, armazéns que serão indicados ao Banco pela Comissão de Financiamento da Produção. Relativamente ao arroz em casca, entretanto, é admitido o depósito em quaisquer armazéns apropriados e idôneos, desde que situados em localidade onde seja exequível o beneficiamento do produto em tempo útil.

Apenas os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo indicaram os armazéns habilitados a receber em depósito os produtos, ficando, assim, circunscritas às respectivas áreas as operações do "plano de emergência".

O saldo devedor dos empréstimos da espécie era, em 31 de dezembro, de 6 milhões de cruzeiros.

Quanto às aquisições de gêneros por conta do Tesouro Nacional, de conformidade com a Lei n.º 615, importaram em 61 milhões de cruzeiros, no ano de 1949.

Contorne se verifica pelo mapa do movimento geral dos créditos concedidos pela Carteira até 31 de dezembro, no fim deste capítulo, foi substancial nosso auxílio financeiro às demais atividades agrícolas, principalmente às lavouras de gêneros alimentícios.

### c) Crédito Pecuário

Antes da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948 (que não só viera reger a moratória vigente desde o Decreto-Lei n.º 9.686, de 30 de agosto de 1946, como ajustar as dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento), estiveram praticamente suspensos os financiamentos à pecuária, que foram, em 1947, em número de 397, no total de 88 milhões de cruzeiros.

Com a promulgação, porem, da reterida Lei, que então parecia fixar rumo definitivo para a matéria, foram regulamentados os empréstimos da espécie, mediante a adoção de normas cuidadosamente estudadas, como mencionado no relatório de 1948, ano em que o número de contratos subiu a 836, no valor de 369 milhões de cruzeiros.

Transcorreu o exercício de 1949 sob a expectativa do resultado da discussão, pelo Congresso Nacional, do projeto chamado de reajustamento das dívidas dos pecuaristas, expectativa que por certo não concorreu para a prática normal e intensiva dos financiamentos, justamente quando a atividade se mostrava necessitada de estímulo.

Sancionada a 24 de dezembro último, a Lei n.º 1.002, estamos instruindo nossas Agências no sentido da perfeita e rápida execução desse novo diploma legislativo.

Embora não atingissem ainda ritmo normal, bastante apreciável revelou-se o acréscimo verificado nos empréstimos pecuários, cujo número, em 1949, foi de 2.970, no valor de 712 milhões de cruzeiros, isto é, mais 2.134 do que no exercício anterior, sendo a diferença de 343 milhões de cruzeiros.

Não nos limitamos, no exercício, a operar nas bases e condições estabelecidas em agosto de 1948, quando foram as Filiais autorizadas a reiniciar as operações. Elevamos os adiantamentos para aquisição de gado destinado ao corte (que passaram a ser calculados sobre o preço do animal gordo), assim atendendo, por meio de melhor assistência financeira, à conveniência de prover à alimentação das populações urbanas, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Foram também melhoradas as bases do financiamento de gado leiteiro, antes indistintamente fixado

em Cr\$ 700,00 para qualquer fêmea, ampliando para Cr\$ 1.800,00 o adiantamento máximo no caso de vacas de raças puras e admitindo o limite de Cr\$ 1.500,00 para os exemplares de boa mestiçagem. Na forma regulamentar, porém, o adiantamento não excederá de 60% do valor real dos animais.

Para os recriadores que disponham de pastagens adequadas, localizadas nas proximidades dos grandes centros consumidores ou em zonas dotadas de vias de comunicação que permitam o transporte econômico de gado gordo para abate, passamos a admitir empréstimos para recriação e engorda do mesmo gado. Essa faculdade de concessão de créditos para engorda dos animais recriados foi estendida às operações inicialmente contratadas apenas com a finalidade de recriação mas que satisfaçam as condições citadas, hipótese em que terão seus prazos dilatados de um ano.

Asseguramos, assim, aos recriadores em condições de engordar as reses por eles próprios recriadas, a possibilidade de melhor rendimento de seu esforço produtivo.

Com o objetivo de atenuar as dificuldades verificadas no setor de gado bovino de corte, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Bahia, vamos pôr em prática — estando já em expedição as instruções às Agências — nova fórmula de financiamento, da qual certamente fluirão reais benefícios para a produção pecuária do País, assegurando-se o abastecimento de carne à população, sabido que este suprimento poderia ser seriamente comprometido com a constante diminuição de matrizes, das quais se tem feito desordenada matança.

Muitas vezes, impossibilitados por falta de recursos de conservar seus bezerros, os criadores são forçados a dêles dispôr, logo que desmamados, sofrendo inevitável pressão de interessados em lhes pagar preços sempre baixos, de sorte que, para grande número dêles, nessas condições, a criação se tornou atividade pouco remuneradora, senão deficitária. As sucessivas elevações do preço da carne, concedidas pelos órgãos governamentais de contrôle, praticamente não beneficiaram o criador. Este só lucrará com tais aumentos de preços quando conseguir reter o produto até a idade de três anos, vendendo-o diretamente ao invernista. É sobre o criador que pesa todo o trabalho da produção. Maior é o seu emprêgo de capital, sabido que a criação exige instalações muito mais caras e que, sendo o rendimento médio dos rebanhos de 50% do número de matrizes, deve êle possuir duas vacas para obter uma cria anual, além de um reprodutor para cada grupo de vinte crias. É o criador, entretanto, o que menor resultado aufera, relativamente.

O largo apôio que prestamos a recriadores e invernistas objetiva, principalmente, melhorar, por força da concorrência, os preços dos bezerros. Verificamos, porém, que só parcialmente atingimos o fim desejado. Contribuímos, por certo, para que ditos preços não caíssem a níveis ainda mais baixos, mas devemos reconhecer que o efeito da concorrência entre os compradores tem sido discreto. A nova fórmula de financiamento que poremos em prática, sem prejuízo de nossa habitual assistência a recriadores e invernistas, visa exatamente a proporcionar aos criadores a oportunidade de recriar seus próprios bezerros, permitindo-lhes usufruir integral proveito de seu esforço produtivo e proporcionando-lhes meios de elevar o padrão técnico de sua atividade.

O financiamento só será concedido a criadores que ainda não recriem habitualmente suas produções e que disponham de terras para a recriação, arrendadas ou próprias.

O crédito poderá ser aplicado no custeio da fazenda, nas despesas de subsistência do mutuário e de sua família, em iniciativas de interesse da produção e no pagamento de dívidas oriundas das atividades rurais do financiado e obedecerá às seguintes normas gerais:

**Na assinatura do contrato** — adiantamento de 75% do preço corrente na região, sobre as crias do próprio rebanho, desmamadas, de ambos os sexos, não podendo o número de fêmeas exceder o dos machos;

**No início do segundo ano** — adiantamento complementar suficiente para atingir o financiamento 65% do valor, nessa época, das crias apenhadas (a rápida valorização dos animais explica o decréscimo da porcentagem de adiantamento).

Prazo de 1 ano, prorrogável por mais um. Juros exigíveis apenas na liquidação do contrato, isto é, na ocasião da venda normal dos animais.

Garantia de animais adultos, em valor bastante para completar a margem regulamentar de 40%, aos preços do momento. Se o rebanho-base já estiver onerado, será recebido em segundo penhor.

O criador poderá fazer um contrato cada ano, incluída cláusula de intercomunicação das garantias, sempre que já houver algum em vigor.

Nas regiões adequadas à invernagem, será admitida uma segunda prorrogação de um ano, para fins de engorda, desde que aparelhado o mutuário, caso em que será concedido novo adiantamento, mas apenas sobre os machos e do montante estritamente necessário para as despesas de engorda.

Para a consecução desses objetivos, promovemos a reforma do regulamento da Carteira, tornando viáveis essas operações, com as quais pretende o Banco ainda melhor e mais racionalmente concorrer, dentro da finalidade da Carteira especializada, para o fomento da riqueza pecuária do País.

Para o completo êxito da iniciativa, porém, necessário se faz que os criadores ofereçam melhor assistência aos rebanhos, que elevem a capacidade de sustentação de suas pastagens e que adotem, enfim, métodos mais adiantados, de maneira a obter aumento real da produção.

#### d) Crédito Industrial

Proseguiram em ritmo crescente as aplicações decorrentes dos financiamentos industriais, resultado esse que revela o empenho com que são apoiadas e auxiliadas as fontes de produção que verdadeiramente interessam à economia do País.

Novos setores industriais mereceram, no transcurso do exercício, a nossa assistência, e para outros — como os de energia elétrica, trigo, vinho e carne — foram estabelecidas, com o conhecimento advindo da prática das operações, normas menos rígidas para a concessão e movimentação dos créditos necessários ao seu incremento, que se vem verificando em bases economicamente estáveis e sólidas.

Mercê das novas bases estabelecidas em 1949 para a celebração de contratos, os financiamentos à indústria de beneficiamento de arroz e outros cereais (como aliás ocorreu em 1948, pelo mesmo motivo, com o café e o algodão) ascenderam ao total de 265 milhões de cruzeiros, enquanto os relativos ao exercício de 1948 não ultrapassaram de 121 milhões.

Relativamente à energia elétrica — fator preponderante para o desenvolvimento econômico e industrial do País — foram fomentados, com o nosso auxílio financeiro, o aumento e melhoria das instalações existentes, somando os créditos abertos em 1949 a importância de 49 milhões de cruzeiros.

Com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional de subprodutos, foi admitido, em determinados casos, o financiamento, a beneficiadores primários de algodão, para extração de óleo de semente. Em resultado, as aplicações na produção de óleos vegetais e gorduras elevaram-se, em 1949, a 31 milhões de cruzeiros. Seu valor, em 1948, cifrou-se em 12 milhões.

As indústrias têxteis, interessadas em obter maior e mais econômica produção, mereceram substancial apoio, traduzido por operações no valor de 83 milhões de cruzeiros, sendo de notar que, em 1948, nossas aplicações nesse setor de atividade fabril limitaram-se a 18 milhões.

Mister se faz ainda assinalar que, fruto do estímulo e amparo que vimos dando à produção do trigo nacional, na industrialização primária desse cereal foi necessário inverter, em 1949, 48 milhões de cruzeiros, quando em 1948 participamos, apenas, com 25 milhões.

Confrontando-se os resultados de 1948 e 1949, nota-se que, enquanto no primeiro ano foram contratadas 369 operações no valor global de 496 milhões de cruzeiros, no último foram realizadas 513, correspondendo a créditos abertos no total de 714 milhões de cruzeiros.

Assim, e não obstante a mais rigorosa observância dos preceitos e normas que disciplinam as operações da espécie, o montante das nossas aplicações em empréstimos industriais, desde a instalação da Carteira, atingiu, em 1949, a 2.736 milhões de cruzeiros. Somavam 2.022 milhões as apuradas em 1948.

O saldo devedor dos financiamentos concedidos traduzia-se, em 31 de dezembro de 1949, por 1.125 milhões de cruzeiros. Em igual data do exercício anterior, estava representado por 898 milhões.

#### e) Letras Hipotecárias

Estas operações prendem-se ao reajustamento econômico concedido aos agricultores pela legislação especial que se consubstanciou nos Decretos-leis ns. 1.002, 1.172, 1.230, 1.888, 2.071, 2.238, 2.157 e 2.689, respectivamente de 29 de dezembro de 1938, 27 de março, 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, 7 de março, 28 de maio, 30 de abril e 26 de outubro de 1940.

Como é sabido, o reajustamento consistiu na concessão de empréstimos em letras hipotecárias aos requerentes, a prazo máximo de 20 anos e em montante não superior a 75% do valor dos bens dados em garantia, com a conseqüente extinção das dívidas deles requerentes por força da entrega das letras hipotecárias aos credores.

O Banco do Brasil foi incumbido da realização dos empréstimos em letras hipotecárias, assim como do preparo dos processos, para efeito de acôrdos amigáveis ou de julgamento pela Câmara de Reajustamento Econômico quando requerido o reajuste compulsório.

Durante o ano de 1949, foram efetuados 22 empréstimos da espécie, no valor total de Cr\$ . . . . . 1.827.800,00, sendo:

	Cr\$
oriundos de ajustes compulsórios . . . . .	21 — 1.608.800,00
oriundo de ajuste voluntário . . . . .	1 — 219.000,00

No mesmo período, liquidaram-se 30 contratos, na importância global de Cr\$ 2.449.900,00. Assim, existiam em vigor, em 31 de dezembro de 1949, 227 empréstimos, com o saldo aproximado de 22 milhões de cruzeiros.



# Um bom amigo das letras

EDITH MAGARINOS TORRES

É sempre grato e nunca tarde para recordar um amigo desaparecido, mórmente, quando êle, como João Vampré, de quem ora me ocuparei, deixou apenas recordações suaves, inesquecíveis.

Os vai e vens da vida o trouxeram desde cedo, do seu **pequeno** e **grande** Estado de Sergipe para São Paulo.

Foi ali, segundo suas notas biográficas que, em Limeira, contando apenas 18 anos de idade, ingressou na Escola regida pelo coronel José Faria da Costa, onde, graças à rara intuição, à extraordinária faculdade de assimilação, dominou sem custo as árduas disciplinas da época e logo, dotado de singular precocidade, passou de aluno a mestre.

Transferindo-se para São Paulo, ali continuou a lecionar, consagrando ao jornalismo todos os momentos vagos.

Sua estréia no jornalismo verificou-se no "Diário Popular", onde manifestando desde logo, o gosto pela cultura da língua, escrevia uma série de artigos sobre filologia, refutando teorias do Pe. Sena Freitas.

Nesse período de sua vida — ainda instável, insatisfeito, transferiu-se para Minas. Em Ouro Preto cursou a Escola de Farmácia e sempre ocupado com as letras, tornou-se colaborador do "Minas Gerais".

Nesse interim, irrompe a Revolução de 6 de setembro. E João Vampré incorpora-se ao batalhão Benjamim Constant em defesa da legalidade, representada por Floriano Peixoto, o famoso "marchal de ferro".

Fim da revolta, retornou aos livros. Surgiu a nova o mestre. O escritor — desta vez, norteou logo para sua verdadeira vocação. — Seus artigos apareciam sucessivamente, no "Diário Popular", "Comércio de São Paulo", "Correio Paulistano", "Estado de S. Paulo" de que era crítico literário efetivo, e em várias revistas literárias — sendo seus trabalhos sempre apreciados pelo alto valor de erudição e de fino labor estético de que se revestiam.

Data, dessa época, delicado poemeto — O NATAL EM SERGIPE — que mereceu ser vertido para o italiano e incluído numa poliantéia que a Tribuna Italiana preparou para solenizar a grande data religiosa. Cedendo ao encanto das rimas, escreveu poesias destinadas ao "Parnaso Sergipano" e Sílvia Romero em carta lhe dizia, mais tarde, em termos elogiosos — que as incluiria num livro — então em preparo.

Membro da Academia Paulista de Letras e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, neste caráter e com designação da Diretoria, foi orador oficial e seu representante na solenidade comemorativa do 4.º centenário do descobrimento do Brasil. Esse belo discurso foi publicado e incluído no v. 6.º de 1901 da mesma Revista, tendo sido ainda impresso em avulso.

Prosseguindo nesse estudo, entregou-se, mais tarde, a uma obra de mais fôlego: FATOS E FESTAS NA TRADIÇÃO NACIONAL — prefaciado por Sílvia Romero (ainda inédito) e dividido em 2 partes, a 1.ª compreende: FESTAS E TRADIÇÕES DE SÃO PAULO, a 2.ª: ASPECTOS REGIONAIS NORTISTAS.

Passados anos, sempre dedicado ao folclore, que achava, como seu grande amigo João Ribeiro, o estudo básico de nossa literatura, veio a publicar no "Diário de Notícias", "O Paiz", "Correio da Manhã", "Jornal do Comércio" e várias revistas — uma linda série de estudos enfeitados sob os títulos: ASPECTOS PAULISTAS, ASPECTOS FLUMINENSES, ASPECTOS REGIONAIS DO NORTE E SUL.

Noutras circunstâncias e, com algum esforço, para que houvesse interesse de parte dos diretores do Faring Club, em folhetos com ilustrações, em côres, seriam esses monografias inestimáveis para divulgação do que é nosso, a exemplo do que se faz em várias partes do mundo.

Releva mencionar seus ensaios sobre etnografia e potamografia, publicados nos "Anais hidrográficos do Ministério da Marinha", ensaios notáveis, a exemplo daquêde a respeito do étimo — Baependi hoje conservado no livro histórico do contra-torpedeiro de igual nome. E que lhe valeu elogiosa nota da Marinha.

Na "Revista da língua portuguesa" dirigida por Laudelino Freire, seu grande amigo, publicou longos estudos sobre folclore e problemas de linguagem, influência da língua tupi na geografia do Brasil.

Transferindo-se para o Rio em 1911, e tendo sido nomeado por concurso, para o cargo de 1.º oficial da Diretoria Geral do Ministério da Agricultura, foi designado pelo ilustre Ministro de então, Dr. Pedro Toledo para, no Serviço de Informações Agrícolas, na qualidade de Assistente dêsse Serviço, cabendo-lhe o encargo de organizar publicações agrícolas de ordem geral, bem assim a feitura do "Boletim Agrícola", que êle transformou num repositório magnífico de informações, para orientação de tôdas as atividades do Ministério, transformando êsse "Boletim" em órgão de consulta, em extremo instrutivo e útil para a classe agrícola. Êsses trabalhos foram publicados em separado, e "monografias para divulgação".

Infelizmente, com a falta de continuidade na vida do Ministério, o "Boletim" veio a desaparecer, deixando uma lacuna, até hoje vaga.

Curioso é observar, como — sem ser agrônomo, graças ao seu espírito de pesquisador, aliado a profundo conhecimento de ordem geral, notadamente botânica, ciências naturais, João Vampré se impôs como um Mestre, no gênero.

Publicações agrícolas, desde então, lhe disputavam a colaboração erudita, original. E seu nome apareceu firmando trabalhos em CHÁCARAS E QUINTAIS, SELEÇÕES AGRÍCOLAS, A LAVOURA.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, sempre o distinguiu como um dos seus pares e em 1935, reuniu-se para ouvi-lo em bela preleção mais tarde publicada pela Revista A LAVOURA.

Extinto o Serviço de Informações em 1930, foi João Vampré readmitido, no mesmo cargo, no Departamento Nacional de Povoamento do mesmo Ministério.

Depois de aposentado, nos últimos anos conservou

sempre o mesmo espírito arguto, fino, todo dedicado ao estudo metódico, de pesquisa de gabinete, de burilador infatigável.

Nunca lhe faltaram horas para o manuseio de livros. Tendo sempre à mão lapís afiados, blocos de papel, para êle as horas se encurtavam...

Na plenitude do saber, servido sempre pelo mesmo zelo beneditino, inalterado pelas lides do pensamento, talvez fôsse verdadeiramente feliz, não lhe faltassem nos últimos tempos, resistência física para os passeios costumeiros pelo bairro de Copacabana, que êle viu crescer, desabrochar e de que conhecia todos os encantos, todos os mistérios também...

Não lhe foi mais possível também visitar as redações do "Correio da Manhã", "Jornal do Brasil", "Jornal do Comércio", dos quais foi assíduo colaborador; privou-se de perambular à cata de raridades bibliográficas daqueles livros de edições esgotadas, livros raros, preciosos para suas consultas.

Assim, poucos dias antes de seu desaparecimento, ainda se mostrava ansioso por um trabalho de Nina Rodrigues, e um outro de Pedro Calmon, que desejava consultar para um ensaio que preparava para o quadricentenário da Bahia. Escrever foi sempre para João Vampré uma espécie de vício — como o é o da leitura — que Valery Larband definiu tão

lindamente, — ser um vício insopitável, um vício impune.

Que lucidez de espírito! Que imensa cultura clássica chegou a possuir! Que belo latinista!

Era um prazer consultá-lo. Informava sempre com segurança e com o maior critério. Se por um acaso, algum lapso de memória, (o que era raríssimo) não lhe ocorresse logo a informação, o termo exato, sorria modestamente para fazer-me pacientar. Mas, logo no dia imediato surgia sorridente, trazendo em mãos, as conhecidas folhas do bloco de pequeno formato, que usava, cobertas de seu cursivo miúdo e nítido. E dizer que dava assim, resultante de estudo, de pesquisa de que nunca tiraria o menor proveito material...

No tumultuar agitado do mundo das letras deram-se nos últimos meses de 1949, comemorações de centenários de várias figuras ilustres, Ruy Barbosa, Nabuco, V. Souto...

Foi nesse momento, que João Vampré, o grande escritor sergipano de quem me ocupo — deixou de existir.

Não teve então, pela imprensa, as homenagens de que era tão merecedor. Mas, que importa? Seus trabalhos aí estão, "o escrito permanece", para tornar imperecível o título que lhe cabe de verdadeiro cultor das letras.

O filho é sempre a  
alegria  
do lar

Preserve sempre a alegria de seu filho, não permitindo que os desarranjos intestinais (diarréas) o atormentem.



**Eldoformio**  
para crianças e adultos

Si é **BAYER** é bom

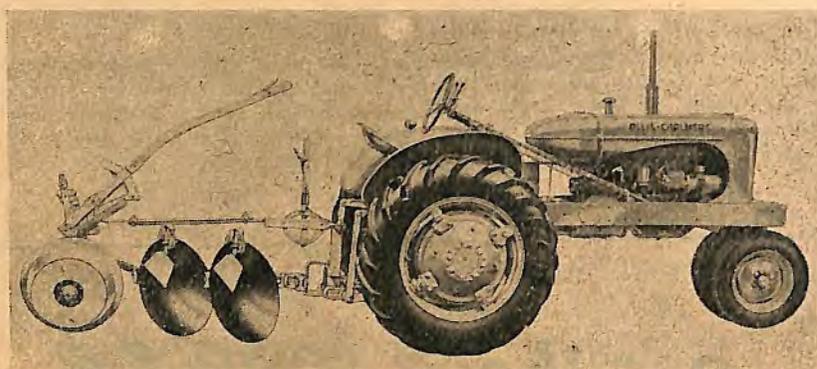


# TRATORES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

# ALLIS - CHALMERS

EM ESTOQUE

MODELO "WD"



## LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS

ARADO DE DISCO — PLANTADEIRA DE 2 LINHAS

GRADE DE DISCO — CULTIVADOR DE 2 FILEIRAS

SEGADEIRA

Distribuidores exclusivos para:

**Estado de Minas Gerais (exceto o Triangulo Mineiro)**

**Espirito Santo — Rio de Janeiro — Distrito Federal**

EXPOSIÇÃO E VENDAS



RUA CAMERINO, 63, 65, 67 e 71 — Tel.: 43-4990

RIO DE JANEIRO

# O PLANO SALTE

O "Diário Oficial" de 19 de maio d'este ano publicou a íntegra do decreto que aprovou o PLANO SALTE. "A LAVOURA" reproduz o importante ato e transcreve, do Plano, a parte relativa ao Setor "Alimentos", dado o seu grande interesse para a classe agrícola.

## LEI N.º 1.102, DE 18 DE MAIO DE 1950

### Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Presidente da República autorizado a realizar, durante os exercícios de 1950 a 1954, os empreendimentos relativos à saúde, alimentação, transporte e energia integrantes do plano previsto no texto e nos anexos da presente lei — Plano SALTE.

Parágrafo único — O Poder Executivo promoverá empreendimentos e firmará acordos com os governos estaduais e municipais, as autarquias, as sociedades de economia mista, entidades paraestatais existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei e entidades privadas, no sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho d'este Plano.

Art. 2.º — As despesas com a execução do Plano SALTE, na parte que constitui responsabilidade direta da União, serão classificadas e atendidas à conta dos seguintes recursos:

I — Dotações orçamentárias e

II — Produto de operações de crédito.

Art. 3.º — O Orçamento Geral da União consignará ao Plano SALTE:

	Cr\$
para o exercício de 1950	1.900.000.000,00
para o exercício de 1951	2.200.000.000,00
para o exercício de 1952	2.400.000.000,00
para o exercício de 1953	2.550.000.000,00
para o exercício de 1954	2.600.000.000,00

Parágrafo único — Essa consignação será feita sem prejuízo das parcelas de trezentos e quarenta, trezentos e dez, trezentos e trinta e cinco e trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros, que deverão ser deduzidas, respectivamente, nos exercícios de 1951 a 1954, nas dotações com destinação constitucional.

Art. 4.º — É o Poder Executivo autorizado a realizar as seguintes operações de crédito:

a) um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros, em divisas existentes ou que venham a existir, ao Banco do Brasil S. A.;

b) um empréstimo interno, sob forma de obrigações, nos termos do art. 5.º e seguintes.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá emitir até a quantia de cinco bilhões de cruzeiros, em parcelas anuais de um bilhão, no máximo, constantes de obrigações ao portador ou nominativas aos juros de 7% ao ano pagáveis semestralmente.

Art. 6.º — As obrigações, que terão o valor no-

minal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), deverão ser resgatadas em dez anos, por sorteio ou por compra em Bolsa, a partir do fim do prazo de execução do Plano SALTE, de acordo com tabela de amortização que será organizada pelo Ministério da Fazenda.

Art. 7.º — As obrigações federais do Plano SALTE serão recebidas pelas repartições federais como caução e fiança, pelo seu valor nominal.

Art. 8.º — O Ministério da Fazenda providenciará para que as obrigações sejam vendidas em público, por meio de pregão, nas Bolsas de Títulos do País, por preço mínimo calculado em cada mês pela média das cotações.

Art. 9.º — Os coupons vencidos e as obrigações corteadas serão pagos pelas repartições federais competentes e, por conta do Governo Federal, pelas Agências do Banco do Brasil S. A. e da Caixa Econômica Federal onde forem apresentados.

Art. 10 — O produto da arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria (cota pertencente à União) será aplicado na execução dos programas rodoviários estabelecidos no Plano SALTE.

Art. 11 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos para aquisição, nos mercados internos ou externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do Plano SALTE.

Parágrafo único — Essas aquisições, observados os programas de cada setor, correrão à conta dos recursos referidos no art. 2.º ou dos provenientes da exportação de artigos cuja produção esteja prevista no Plano.

Art. 12 — É instituído o Fundo Rotativo, até a importância de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinada à aquisição e revenda de artigos, equipamentos e outros materiais necessários à execução do Plano e a auxiliar o financiamento da produção por ele amparada.

Art. 13 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar acordos com os concessionários de Estradas de Ferro beneficiadas com o Plano SALTE e dispôr sobre a forma de reembolso das quantias que nas mesmas forem aplicadas pela União.

Art. 14 — Na execução do Plano SALTE, o Poder Executivo, a fim de estimular a indústria nacional, dará preferência, em igualdade de condições técnicas, aos equipamentos produzidos no País, facilitando e fomentando sempre que técnica e economicamente indicado, a criação de novos setores industriais para a fabricação deles.

Art. 15 — A movimentação, aplicação e comprovação das dotações do Plano SALTE serão feitas na forma da que dispõe o Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, que é para esse fim revigorado.

Art. 16 — O Presidente da República é autorizado a tomar tôdas as providências e expedir os atos necessários à execução do Plano SALTE.

Art. 17 — As quantias consignadas na discriminação da verba de Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), atribuído no Orçamento de 1949 à Presidência da República, se-

rão deduzidas, respectivamente, das dotações dos Anexos desta lei.

Art. 18 — Se o empréstimo interno, de que trata o art. 5.º, não atingir a receita neste estimada para cada exercício, o Poder Executivo poderá como reforço, realizar empréstimo externo até à metade da soma prevista

Art. 19 — As despesas autorizadas, as ordens de pagamento expedidas e as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S. A. para execução dos programas serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e levadas a "Restos a Pagar", em conta especial do Plano SALTE.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1950, 129.º da independência e 52.º da República. — **Eurico G. Dutra** — **Honório Monteiro** — **Sylvio Noronha** — **Carobert P. da Costa** — **Raul Fernandes** — **Guilherme da Silveira** — **João Valdetaro de Amorim e Mello** — **A. de Novais Filho** — **Eduardo Rios Filho** — **Armando Trompowsky**.

## SETOR ALIMENTOS

### I — Plantas têxteis

	Cr\$
1. Melhoria, multiplicação e distribuição de sementes de algodão, inclusive serviços de cooperação, construção e instalação de uma estação experimental em Guanambi na Bahia	15.000.000
2. Melhoria, multiplicação de sementes ou mudas de caroá, inclusive serviços de cooperação	5.000.000
3. Melhoria, produção de sementes selecionadas e fomento da juta	10.000.000
4. Construção de armazéns e postos de classificação	10.000.000
5. Financiamento para instalação de uma fábrica de sisal (agave), no Estado da Paraíba	20.000.000
6. Financiamento à Cooperativa de Caroá do Nordeste, sediada em Recife, instalação de uma fábrica de caroá e outras fibras no Estado de Pernambuco	50.000.000
Importância a ser transitoriamente despendida	110.000.000
Importância a ser recuperada	80.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada	30.000.000

### II — Arroz

1. Melhoria, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	60.000.000
---	------------

2. Trabalhos de irrigação nas zonas arrozeiras, inclusive no vale do Rio Guamá, no Estado do Pará	60.000.000
---	------------

Importância a ser transitoriamente despendida	120.000.000
Importância a ser recuperada	60.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada	60.000.000
---	------------

### III — Batata

1. Melhoria, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	50.000.000
---	------------

Importância a ser transitoriamente despendida	50.000.000
---	------------

Importância a ser recuperada	13.000.000
------------------------------	------------

Despesa a ser definitivamente realizada	37.000.000
---	------------

### IV — Cacau

1. Melhoria, fomento e defesa sanitária	30.000.000
---	------------

2. Financiamento da produção por intermédio da Carteira Agrícola do Banco do Brasil S. A.	40.000.000
---	------------

Importância a ser transitoriamente despendida	70.000.000
---	------------

Importância a ser recuperada	40.000.000
------------------------------	------------

Despesa a ser definitivamente realizada	30.000.000
---	------------

### V — Café

1. Melhoria, inclusive execução, em cooperação, dos trabalhos de sombreamento	50.000.000
---	------------

### VI — Chá

1. Melhoria e desenvolvimento da cultura	5.000.000
--	-----------

### VII — Feijão

1. Melhoria, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	15.000.000
---	------------

### VIII — Fumo

1. Melhoria da cultura e trabalho de cooperação, inclusive concessão de auxílios por intermédio do Instituto Baiano de Fumo às entidades que mantêm campos de cultura racional de fumos para capas de charutos bem assim a formação de pequenas propriedades	20.000.000
--	------------

2. Criação ou auxílio para instalação de escolas rurais destinadas ao ensino da cultura do fumo, inclusive contratos de professores especializados, no país ou no exterior .....	10.000.000
<b>Total</b> . . . . .	<b>30.000.000</b>

**IX — Forragem**

1. Trabalhos experimentais de agrostologia .....	5.000.000
2. Produção e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação .....	10.000.000
3. Auxílios aos criadores, cooperativas e associações para construção e instalação de silos e galpões destinados ao armazenamento de forragens ..	15.000.000
Importância a ser transitoriamente despendida .....	30.000.000
Importância a ser recuperada .....	5.000.000
<b>Despesa a ser definitivamente realizada</b> . . . . .	<b>25.000.000</b>

**X — Mandioca**

1. Conclusão das usinas de álcool de mandioca .....	12.000.000
2. Melhoramento e desenvolvimento da cultura .....	3.000.000
<b>Total</b> . . . . .	<b>15.000.000</b>

**XI — Milho**

1. Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive campos de cooperação .....	100.000.000
2. Postos de beneficiamento, expurgo e distribuição, inclusive cooperação com agricultores, cooperativas e associações ..	50.000.000
Importância a ser transitoriamente despendida .....	150.000.000
Importância a ser recuperada .....	50.000.000
<b>Despesa a ser definitivamente realizada</b> . . . . .	<b>100.000.000</b>

**XII — Mate**

1. Empréstimo de Cr\$ 10.000.000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, para construção de 50 armazéns reguladores, com capacidade de 300 toneladas cada um, ao custo médio de Cr\$ 200.000,00 através da efetiva aplicação do Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outu-
--

bro de 1944, e assim distribuído:

Para 25 unidades . . .	5.000.000
Santa Catarina, 10 unidades . . .	2.000.000
Rio Grande do Sul, 10 unidades . . .	2.000.000
Mato Grosso, 5 unidades	1.000.000
	<b>10.000.000</b>

2. Empréstimos de Cr\$ 25.000.000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, pela Caixa de Crédito Cooperativo, Banco do Brasil S.A. ou quaisquer outros estabelecimentos de crédito, a longo prazo e juros baixos, sob a garantia do produto armazenado ou da safra pendente, para financiamento da produção e assim distribuídos:
---

Paraná . . . . .	10.000.000
Sta. Catarina	5.000.000
Rio Grande do Sul . . . . .	5.000.000
Mato Grosso	5.000.000
	<b>25.000.000</b>

3. Empréstimos para racionalização da produção e aparelhamento industrial das federações das cooperativas de produtores de mate, dentro do esquema seguinte: Cr\$ 70.000.000,00 a longo prazo e juros baixos, sob a garantia das próprias instalações ou das contribuições incidentes sobre o mate produzido no país e aplicadas pelas organizações cooperativas em benefício da economia ervateira e no incremento do cooperativismo, as quais, compreendidas no preço do produto desde sua criação e, em consequência pagas indiretamente, quer pelo produtor, quer pelo consumidor, continuarão a ser cobradas por Intermediário do industrial e exportador:
---

a) para construção de modernos barbaquás coletivos, nos principais centros produtores do Paraná, dotados de tôdas as instalações complementares, destinados à melhoria, racionalização e barateamento do custo do mate cancheado . . . . .

18.000.000

b) para construção de idênticos barbaquás coletivos nos principais centros produtores de Santa Catarina . . . . .

10.000.000

c) para construção de 7 pequenos engenhos regionais, no Rio Grande do Sul . . . . .

4.500.000

d) para construção de 1 pequeno engenho regional em Ponta Porã, Mato Grosso . . . . .	2.500.000
e) para montagem, no Rio de Janeiro, de moderna indústria de refrigerante à base do mate . . . . .	25.000.000
f) para propaganda do mate no interior e exterior, pela federação das cooperativas de produtores de mate . . . . .	10.000.000
4. Criação e aparelhamento de uma Estação Experimental do Mato, para estudos de métodos racionais de defesa e melhoria do produto, abrangendo plantio, colheita, elaboração e beneficiamento, inclusive pesquisas sôbre o aproveitamento dos diversos sub-produtos do mate, subordinada à Confederação das Cooperativas do Mate, que receberá ainda uma subvenção anual, em verba do Instituto Nacional do Mate, de Cr\$ . . . . .	1.000.000,00 e outra igual do Ministério da Agricultura para atender ao custeio de seu funcionamento . . . . .

Importância a ser transitoriamente despendida . . . . .	110.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	105.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	5.000.000
---	-----------

5. Verba ao Instituto Nacional do Mate, para amparo à economia ervateira do consumo do mate, dentro e fora do país, não podendo, em qualquer hipótese, ser aplicada em nomeação ou admissão de pessoal . . . . .	50.000.000
--	------------

Importância a ser transitoriamente despendida . . . . .	50.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	25.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	25.000.000
---	------------

### XIII — Horticultura e fruticultura

1. Instalação, construção e manutenção de estações experimentais . . . . .	45.000.000
2. Melhoramento, produção e distribuição de enxertos e sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	30.000.000
3. Assistência técnica e financeira para industrialização dos produtos hortícolas e frutíferos . . . . .	50.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida . . . . .	125.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	15.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	110.000.000
---	-------------

### XIV — Trigo

1. Aquisição de sementes para revenda, inclusive transporte e tratamento . . . . .	1.000.000.000
2. Experimentação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	40.000.000
3. Construção e financiamento de instalação de armazéns, depósitos e pequenos moinhos nas zonas da produção . . . . .	120.000.000
4. Mecanização da lavoura tritizala, mediante aquisição de máquinas para revenda . . . . .	60.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida . . . . .	1.220.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	794.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	426.000.000
---	-------------

### XV — Armazéns e silos

1. Para constituição do capital da Sociedade de Economia Mista "Cia. Nacional de Armazéns Gerais" . . . . .	50.000.000
---	------------

### XVI — Vale do Paraíba

1. Auxílios aos serviços de experimentação agrícola . . . . .	20.000.000
2. Construção e financiamento de instalação para fazendas modelo e matadouros frigoríficos para pequenos animais . . . . .	20.000.000
3. Desobstrução e retificação parcial do Rio Paraíba, em São Paulo, na região de Pindamonhangaba, e construção de barragens para recuperação das terras destinadas à cultura de cereais . . . . .	10.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida . . . . .	50.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	20.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	30.000.000
---	------------

### XVII — Produção animal

1. Defesa sanitária animal . . . . .	200.000.000
2. Fomento da produção animal . . . . .	300.000.000
3. Indústria e inspeção sanitária . . . . .	100.000.000
4. Construção, financiamento e prêmios de matadouros industriais . . . . .	90.000.000
5. Constituição do capital e subscrição de debêntures da Sociedade de Economia Mista "Cia. Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima" . . . . .	100.000.000
6. Laticínios : a) Assistência técnica e financeira aos produtores e industriais, inclusive coope-	

ração . . . . .	20.000.000
b) Conclusão do entreposto central do leite do Distrito Federal . . . . .	30.000.000
7. Pesca :	
a) Assistência social e financeira aos pescadores e suas colônias . . . . .	15.000.000
b) Construção, aparelhamento e financiamento de entrepostos . . . . .	30.000.000
c) Frota pesqueira e estações de piscicultura . . . . .	25.000.000
8. Desenvolvimento da avicultura, apicultura e cericicultura . . . . .	50.000.000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	960.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	280.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	680.000.000

**XVIII — Imigração e colonização**

1. Aquisição e financiamento de núcleos coloniais na região dos grandes açudes do Nordeste com execução de trabalho de irrigação . . . . .	50.000.000
2. Para ocorrer às despesas com a seleção, transporte e fixação de imigrantes e colonização, inclusive Cr\$ 30.000.000,00 para a colonização no Vale do Rio Guamá, no Estado do Pará . . . . .	300.000.000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	350.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	200.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	150.000.000

**XIX — Conservação do solo**

1. Estudos e pesquisas relacionados com a conservação do solo . . . . .	25.000.000
2. Trabalhos de conservação e recuperação do solo em cooperação com os Estados, Municípios e particulares e conjugados com os serviços de fomento da produção vegetal e reflorestamento, inclusive no Vale do Paraíba . . . . .	200.000.000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	225.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	60.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	165.000.000

**XX — Fertilizantes e corretivos**

1. Estudos, construção e auxílio às instalações necessárias à exploração das jazidas de opa-
--

tita de Araxá, em Minas Gerais, Jacupiranga em S. Paulo e Camisão na Bahia, e de outros fertilizantes minerais . . . . .	60.000.000
2. Aquisição e revenda de fertilizantes . . . . .	50.000.000
3. Desenvolvimento da produção de leguminosas destinadas à adubação verde inclusive serviços de cooperação . . . . .	40.000.000
Importância e ser transitóriamente despendida . . . . .	150.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	70.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	80.000.000

**XXI — Defesa sanitária vegetal**

1. Combate à broca do café . . . . .	100.000.000
2. Combate à saúva, mediante assistência técnica, prêmios e serviços de cooperação . . . . .	70.000.000
3. Combate às pragas e doenças dos canaviais inclusive indenização aos canaviais que forem queimados . . . . .	30.000.000
4. Combate a outras doenças e pragas da lavoura, inclusive o "serococus paraibense" . . . . .	100.000.000
5. Assistência fitossanitária, aquisição de máquinas inseticidas . . . . .	200.000.000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	500.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	250.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	250.000.000

**XXII — Açúcar**

1. Melhoramento, multiplicação e distribuição de mudas de cana inclusive serviços de cooperação . . . . .	25.000.000
2. Assistência financeira, exclusivamente destinada a lavradores de cana de açúcar, em todo o país através dos sindicatos ou associações de plantadores, onde existirem, e pelas Secretarias de Agricultura, nos Estados, onde não houver as referidas organizações, assim discriminadas:	
Alagoas . . . . .	7.000.000
Bahia . . . . .	5.000.000
Ceará . . . . .	300.000
Espírito Santo . . . . .	1.000.000
Minas Gerais . . . . .	3.250.000
Pará . . . . .	1.000.000
Paraná . . . . .	1.500.000
Piauí e Maranhão . . . . .	1.000.000
Rio de Janeiro . . . . .	9.000.000
R. G. do Norte . . . . .	1.000.000
Santa Catarina . . . . .	1.200.000
São Paulo . . . . .	3.250.000
Sergipe . . . . .	4.500.000
	56.000.000

Importância a ser transitória-mente despendida .....	81.000.000
Importância a ser recuperada .....	68.000.000
<hr/>	
Despesa a ser definitivamente realizada .....	13.000.000

**XXIII — Pesquisas**

1. Despesas de qualquer natureza com a locação de serviços técnicos de experimentação .....	37.500.000
---	------------

**XXIV — Óleos, cêras e resinas**

1. Pesquisas, instalação e equipamento de laboratório e de postos de expurgo .....	40.000.000
2. Fomento das indústrias de óleos e cêras, auxílios e trade cooperação .....	60.000.000
3. Financiamento à industrialização do cocus nucifera (côco da Bahia), nos Estados da Bahia, Paraíba, Alagoas e Sergipe, com o aproveitamento integral do mesmo, em tôdas as suas partes, como sejam: metocarpo ou casca fibrosa, endocarpo ou casca e amêndoa .....	12.000.000

Importância a ser transitória-mente despendida .....	112.000.000
Importância a ser recuperada .....	72.000.000
<hr/>	
Despesa a ser definitivamente realizada .....	40.000.000

**XXV — Mecanização agrícola**

1. Compra de máquinas agrícolas para revenda .....	300.000.000
2. Instalação e manutenção de parques regionais para prestação de assistência mecânica .....	200.000.000
3. Manutenção de escolas de tratoristas e centros de treinamento .....	50.000.000

Importância a ser transitória-mente despendida .....	550.000.000
Importância a ser recuperada .....	300.000.000
<hr/>	
Despesa a ser definitivamente realizada .....	250.000.000

**XXVI — Enxadas e instrumentos agrícolas**

1. Compra de enxadas e instrumentos agrícolas para revenda .....	100.000.000
<hr/>	
Importância a ser transitória-mente despendida .....	100.000.000
Importância a ser recuperada .....	80.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada .....	20.000.000
---	------------

**XXVII — Arame para cerca**

1. Compra de arame para cerca para revenda .....	70.000.000
--	------------

Importância a ser transitória-mente despendida .....	70.000.000
Importância a ser recuperada .....	70.000.000

**XXVIII — Serviço de meteorologia**

1. Material, instalação e manutenção de 50 estações meteorológicas para fins climatológicos e sinóticos .....	2.500.000
2. Material e instalação de 40 estações meteoro-agrícolas .....	2.400.000
<hr/>	
Total .....	4.900.000

**QUADRO SINÓTICO DAS DESPESAS DE EXECUÇÃO NO SETOR ALIMENTOS****TOTAL DO QUINQUÊNIO****Subsetores de ação**

I — Plantas têxteis .....	30.000.000
II — Arroz .....	60.000.000
III — Batata .....	37.000.000
IV — Cacau .....	30.000.000
V — Café .....	50.000.000
VI — Chá .....	5.000.000
VII — Feijão .....	15.000.000
VIII — Fumo .....	30.000.000
IX — Forragem .....	25.000.000
X — Mandioca .....	15.000.000
XI — Milho .....	100.000.000
XII — Mate .....	30.000.000
XIII — Horticultura e fruticultura .....	110.000.000
XIV — Trigo .....	426.000.000
XV — Armazéns e silos .....	50.000.000
XVI — Vale do Paraíba .....	30.000.000
XVII — Produção animal .....	680.000.000
XXVIII — Imigração e colonização .....	150.000.000
XIX — Conservação do solo .....	105.000.000
XX — Fertilizantes e corretivos .....	80.000.000
XXI — Defesa sanitária vegetal .....	250.000.000
XXII — Açúcar .....	13.000.000
XXIII — Pesquisas .....	37.500.000
XXIV — Óleos, cêras e resinas .....	40.000.000
XXV — Mecanização agrícola .....	250.000.000
XXVI — Enxadas e instrumentos agrícolas .....	20.000.000
XXVII — Serviço de meteorologia .....	4.900.000
<hr/>	
Total .....	2.733.400.000

# Educação e Assistência Social às Populações Rurais

Engenheiro Agrônomo  
**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**  
Professor da Escola de Horticultura  
Wencesláo Bello.

O problema da educação e da assistência social às populações rurais é um problema de relevante importância que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para a subsistência.

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, depende todo o arcabouço de nossa economia.

Apesar do surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite, possamos manter ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação.

Precisamos olhar sempre, com todo o interesse, os nossos problemas agrícolas, pois eles são de uma importância fundamental para a economia nacional.

Não bastam as medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar a subsistência do resto da população.

De acôrdo com o Quinto Censo Demográfico do Brasil, levado a efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população do país encontra-se na zona rural.

Apesar de tudo, infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonada, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementares conhecimentos de higiene, mal alimentada e doente, ainda trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nossa população rural, assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em face de outros problemas de âmbito nacional.

Da agricultura dependem a indústria e o comércio.

A agricultura produz, a indústria transforma e o comércio distribui.

Paradoxalmente, cuidou-se mais, até agora, da educação e da assistência social aos trabalhadores da indústria e do comércio, deixando-se de parte o trabalhador rural, justamente aquele que primeiro devia ser amparado.

Já não será sem tempo que devemos reparar o grande êrro em que incidimos e a grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com tôdas as suas desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com a máxima atenção.

Para a sua agravação contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquinhoados pela assistência educacional e pela assistência social que os trabalhadores da agricultura.

E' preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam estendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; àqueles que, pela importância fundamental que representam para a economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde ele habita.

Sòmente com o concurso de um sistema de educação e assistência social rural convenientemente planejado e patrioticamente executado, conseguir-se-á a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

## Cuidado COM AS ÁGUAS IMPURAS!

USE EM SUA  
CASA UM FILTRO  
ESTERILISANTE

# SENU N

E BEBA  
TRANQUILO  
SUA ÁGUA

SENU N — Garantia absoluta contra todos os germens da água



**avevita**

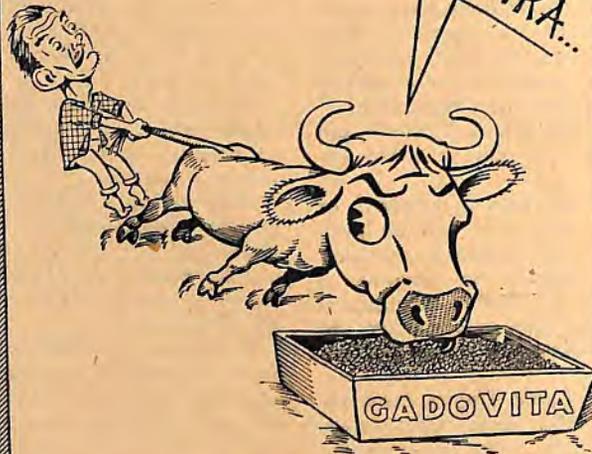
RAÇÕES PRENSADAS



**SUINOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS

D'AQUÍ NINGUEM ME TIRA...



RAÇÕES PRENSADAS

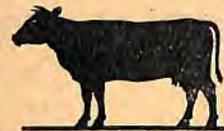
**GADOVITA**

TARQUINO



**EQUINOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS



**GADOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS

MOINHO FLUMINENSE S/A  
R. URUGUAIANA, 118 - RIO

SECÇÃO RAÇÕES BALANCEADAS

# Os Morcegos Chupadores de Sangue

SEU PAPEL NA TRANSMISSÃO DA RAIVA

É interessante assinalar que foi baseado nas informações e suspeitas dos criadores catarinenses que os veterinários resolveram, um dia, estudar o papel que os morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue, exerciam na transmissão da raiva.

Naquele tempo 20 a 30 anos passados — o próprio diagnóstico de raiva ainda deixava margem a discussões e interpretações diversas, porquanto os sintomas verificados na doença do boi e do cavalo em nada se pareciam com a conhecida raiva do cão.

Era extranho, assim, que o boi e o cavalo raramente tivessem acessos de fúria e não atacassem o homem ou os outros animais, como em geral, acontece com os cães raivosos.

A não transmissibilidade da doença quando se encontravam juntos na mesma pastagem, animais doentes e sãos, a predominância dos sintomas de incoordenação de movimento dos membros posteriores e a fase final de paralisia, tudo dava margem a confusões.

Custou, assim, vários anos para que se generalizasse o conceito de que a doença era realmente e raiva.

Ora, o meio de que ainda se podia dispor, como hoje para combater a moléstia, era a aplicação de vacina, cujos bons efeitos estavam fartamente comprovados. Iniciou-se então, intenso trabalho de vacinação.

Aconteceu, porém, que as condições para o emprego da vacina anti-rábica no campo, em larga escala, estavam longe de ser favoráveis e, como não podia deixar de ser, surgiram os fracassos.

Vale à pena apontá-los aqui porque, não obstante um esclarecimento tardio, alguns deles foram corrigidos e outros ainda dependem unicamente do criador ou do vacinador.

## Vejam-os:

se conheciam os modernos testes capazes de indicar qual o valor ou a capacidade imunizante do produto.

2 — As doses aplicadas eram insuficientes.

3 — Os criadores não tinham o necessário cuidado de aplicar a vacina no tempo certo, deixando prescrever os prazos de validade.

4 — A vacina não era conservada em baixa temperatura; no verão apanhava calor excessivo durante o transporte e nem sempre os criadores as conservavam em lugares frescos.

5 — A aplicação de dose única com fins preventivos, em animais já contaminados, apressava o aparecimento dos sintomas e morte.

Outras causas que seria longo enumerar ainda contribuíram para esses fracassos e que, hoje, com a evolução natural da técnica, dos conhecimentos e das experiências obtidas, foram inteiramente afastadas, possibilitando o preparo de vacinas mais eficientes.

Jozé Norberto Macedo  
Veterinário-Sanitarista

Entretanto, se a função imunizante ou de proteção foi melhorada a ponto de se obter vacinas 100% eficazes, o fato de não se poder determinar ou conhecer, entre os animais de um rebanho, quais os que se acham contaminados pelo vírus rábico, leva, naturalmente, a descrença aos criadores que vêm animais vacinados morrerem.

Outras vezes, o fato do animal ser infectado pelo vírus do organismo, também dá margem à essas interpretações contrárias, aumentando o desânimo.

É preciso saber, entretanto, que o animal vacinado não pode se infectar antes de passada a chamada fase negativa da vacina, ou seja, o período compreendido entre 15 e 30 dias, necessários para a vacina provocar, no organismo, a formação de anticorpos, ou seja, os seus meios de resistência à infecção rábica.

Antes de findo esse prazo, o animal, mesmo vacinado, está sujeito a se infectar e morrer. Conhecidas estas razões os criadores saberão encorajar as perdas com mais otimismo.

## COMO ACABAR COM A RAIVA

Mas não haveria um meio radical ou definitivo de se resolver o problema da raiva sem esses prejuízos? a resposta é: — sim, existe um meio eficaz, radical definitivo que resolve o problema da raiva: a matança ou extermínio dos morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue.

Ante este conselho, porém, surge logo a pergunta:

— Como descobrir caseiros de morcegos na imensidade das serras, dos campos e das matas?

Para aqueles, porém, que já se dedicaram à procura de caseiros a coisa se mostra sob outros aspectos, pois as buscas se limitam às proximidades dos cursos d'água; o morcego está sempre nessas imediações.

Jamais encontramos hematófagos em lugares secos, onde viviam, havia sempre umidade; ainda que num ôco de uma grande árvore, a abertura se dispunha de tal maneira que, internamente, estava sempre umedecida por água de chuva.

O local habitado pelos hematófagos é facilmente reconhecido pelo mau cheiro característico dos excrementos do bicho.

## COMO RECONHECER O HEMATÓFAGOS?

Não se deve confundir os morcegos comuns, comedores de insetos e, como tais, úteis à lavoura — com os chupadores de sangue ou hematófagos. Também não se deve confundir os como os morcegos de beira mar, caçadores de peixe.

Estes, porém, se prestam mais à essas confusões pois têm os dentes incisivos bem parecidos com os dos hematófagos.

O comedor de peixe é maior, amarelado e apresenta uma particularidade muito interessante: quando em cativeiro, alimenta-se prontamente do peixe que se lhe dá. Mastiga e ao invêz de ir engulindo enche o espaço compreendido entre os dentes e as bochechas com toda a massa que depois deglute.

A identificação de hematófagos poderá ser feita observando-se alguns característicos principais:

a — dentes apropriados para morder; os dois dentes incisivos centrais superiores salientam-se dos demais. São encurvados, bem unidos, e ponteados;

b — Os dentes da arcada dentária inferior são pequenos e separados por um vão central por onde suga o sangue;

c — não apresentam cauda ou membrana caudal (entre as pernas);

d) — alimentam-se exclusivamente de sangue;  
e — os morcegos insetívoros ou frujívoros tem pequenos dentes serrilhados em ambas arcadas.

#### COMO CAÇÁ-LOS

Encontrando-se o caseiro deve-se ter todo cuidado afim de que os seus habitantes não escapem. Se nas árvores ôcos ou nas furnas, procurar tâdas as entradas e saídas e vedá-las perfeitamente, deixando abertas apenas duas, a entrada principal ou inferior e a saída superior. Na inferior faz-se um pequeno fogo onde se lança enxofre ou outro corpo qualquer capaz de produzir fumaça irritando; na saída superior coloca-se uma tarrafa ou rêde de pesca de malhas miúdas, ou sua falta, um simples saco de aniagem. Tomar precauções porque muitos morcegos caem sobre os próprio fogo ou braseiro e, não obstante sapecados, fogem.

O perigo é tanto maior se admitimos que da sua mordida podemos nos infectar pelos virus rábico.



**Instantina**  
Corta os RESFRIADOS

# A situação da Companhia Siderúrgica Nacional

**O que revela o relatório da diretoria — 308.000 toneladas de aço para 1950**

Cumprindo disposições estatutárias, a Companhia Siderúrgica Nacional realizou a assembléia geral ordinária, ocasião em que a diretoria presta aos acionistas contas de sua gestão.

O relatório então apresentado mostra um acentuado acréscimo de produção e de vendas em relação aos anos anteriores e exhibe situação econômica e financeira próspera, comprovada pelo Balanço publicado.

Tendo realizado um programa de produção que atingiu ao total de 226.837 ton. de laminados aço, a Usina pôde entregar ao mercado nacional os seguintes produtos:

	Ton.
Trilhos e acessórios .....	33.612
Barras e perfilados estruturais .....	29.608
Chapas grossas .....	33.605
Chapas finas a quente .....	37.079
Chapas finas a frio .....	34.900
Folhas galvanizadas .....	11.237
Folhas de Flandres .....	20.496

e mais os seguintes subprodutos da distilação do carvão, obtidos pela produção de 271.710 ton. de coque:

	Litros
Benzol .....	1.505.003
Toluol .....	926.388
Xilol .....	65.038
Nafta Solvente .....	24.774
Combustível para motor .....	1.164.930
Sulfato de amônio (ton.) .....	3.845
Alcatrão .....	19.150.427
Naftaleno (ton.) .....	568
Óleo desinfetante .....	250.000
Piche .....	171.578

Além dessa produção o relatório consigna ainda a produção própria de minérios, calcários e carvão explorados em minas de propriedade da Companhia, tendo sido extraídos:

	Ton.
Carvão .....	280.683
Minérios .....	290.550
Calcários .....	47.471

O carvão nacional é beneficiado na usina de lavagem de Capivari, e que lavou 597.835 ton. durante o ano de 1949, beneficiando também carvão de outros mineradores; o beneficiamento de carvão produziu 173.171 ton. de carvão metalúrgico e 259.531 ton. de carvão para vapor.

Dispondo de usina termo elétrica própria em Capivari, a C.S.N. produziu energia elétrica para seu próprio consumo industrial, vendeu 3.790.810 kw e vem de celebrar contrato com o governo catarinense para fornecimento de energia a Florianópolis.

A produção da usina foi vendida quase que exclusivamente ao mercado nacional, pois sobre um total de Cr\$ 992.570.944,70, apenas 2,4% se destinou à exportação.

Muito interessante foi a distribuição percentual das vendas no mercado, que acusou a seguinte proporção:

São Paulo .....	44,7%
Rio e Dist. Federal .....	38,4%
Estados do Sul .....	4,5%
Estados do Norte .....	6,0%
Estrangeiro .....	2,4%

As atividades comerciais da Companhia revelam que o mercado nacional tem aumentado sensivelmente sua capacidade de consumo, o que se deve, de um lado ao aumento da produção de diversas indústrias já existentes, de outro lado ao aparecimento de diversas indústrias novas. Esse é, justamente, um dos aspectos de maior interesse, pois demonstra a profunda influência que a criação da indústria pesada de aço já vem trazendo ao parque de indústrias de transformação do país, apesar de datar de apenas 3 anos a produção de Volta Redonda.

Como de costume, a Companhia fez escoar sua produção seja através de distribuidores, seja diretamente a consumidores industriais ou ao governo (incluídas neste item as Autarquias e as Estradas de Ferro). No primeiro caso, as vendas foram feitas por meio de uma rede de firmas revendedoras que, no ano de 1949, somavam 141 distribuidoras no território nacional, sendo 26 nos Estados do Norte, 20 nos do Sul, 9 nos Estados Centrais, 47 no Rio e 39 em São Paulo.

As organizações industriais que consomem produtos de Volta Redonda, utilizando-os como matéria prima para fabricação de utilidades diversas, isto é, as indústrias de transformação, abastecem-se diretamente na usina, o que lhes permite obter matéria prima barata para suprir o mercado com produtos acabados diversos como sejam: vasilhames e embalagens (tambores, latas, recipientes para produtos de petróleo, leite, conservas diversas, carbureto etc.); tubos para água, gás e líquidos industriais; eletrodutos; fitas para amarração de fardos e caixas; fogões; aquecedores; pias; ferramentas e máquinas agrícolas; material ferroviário; artigos para construção civil e naval, etc.

As vendas diretas ao governo abrangem principalmente trilhos e acessórios para vias férreas, chapas, vigas e perfilados para construção naval e de obras d'arte rodô e ferro-viárias, chapas para tanques de petróleo, etc.

Em 1949 foram entregues ao país mais 29.890 toneladas de trilhos, placas de apôio e talas de junção para Estradas de Ferro. Nos três últimos anos, Volta Redonda já abasteceu com trilhos de fabricação nacional 1.596 km de via férrea, ou seja, mais do triplo da distância Rio-São Paulo.

Mercê de crescimento contínuo de sua produção anual, que é toda absorvida com avidês pelo mercado, a situação econômica e financeira da Companhia vem apresentando ano após ano índices cada vez melhores. Tendo iniciado a distribuição do 1.º dividendo no 1.º semestre de 1948 com uma percentagem de 6% a. a., manteve essa percentagem no 2.º semestre seguinte e no 1.º semestre de

1949, tendo-a elevado a 8% a. a., no 2.º semestre desse ano.

As ações têm apresentado em Bolsa uma valorização contínua e sem alternativas, havendo apesar disso pouco interesse dos acionistas na venda delas, o que revela confiança em maiores valorizações futuras.

A demonstração da Conta de Lucros e Perdas assinala um total de Cr\$ 156.934.983,40 de Lucros Líquidos distribuíveis, dos quais 28% serão desembolsados para atender aos fundos e reservas legais e estatutárias, destinadas a garantir o capital e manter sua potencialidade econômica.

Apesar das reservas e de ter sido computada a depreciação em volume adequado aos ativos fixos e aos lucros foi possível aumentar o dividendo das ações ordinárias para 8% a. a., mantendo os 8% a. a., para as preferenciais.

Pelo balanço de 31 de dezembro, com os reforços trazidos no fim do exercício, os diversos fundos foram substancialmente aumentados e somam: o Fundo de Reserva legal: — Cr\$ 117.151.618,80, o de Renovação: Cr\$ 31.464.499,80 e o de Previsão Cr\$ 28.100.000,00.

Tal situação, levada ainda em conta a tradição de rigorosa pontualidade na solvência de seus compromissos, tanto no país como no estrangeiro, confere à Companhia uma posição realmente impar.

Tendo conseguido realizar no ano de 1949 um programa de construções que permitiu acrescer a capacidade produtiva do equipamento, a administração da Companhia pôde fixar para o ano de 1950 um programa de produção que elevará o total de

produtos de aço a 308.000 toneladas, assim distribuídos:

	Ton.
Trilhos e acessórios .....	87.000
Perfis e barras .....	40.000
Chapas grossas .....	33.000
Chapas finas a quente .....	34.500
Chapas finas a frio .....	66.400
Chapas galvanizadas .....	12.000
Folhas de Flandres .....	33.000
	308.000

Esse programa repousa numa produção programada de 390.000 ton. de gusa e 288.200 ton. de coque metalúrgico o que dará, além disso, elevada produção de subprodutos de carvão.

Ao preço médio obtido em 1949, a produção de 1950 poderá dar à Companhia uma renda de Cr\$ 1.202.047.250,00, ultrapassando a marca do bilhão de cruzeiros por ano.

Aliás, no decorrer do ano de 1949 quase foi alcançada essa cifra, pois as vendas da Companhia totalizaram Cr\$ 922.470.944,70, sendo que o mês de dezembro ultrapassou a marca dos cem milhões de cruzeiros mensais, o que é uma cifra altamente significativa.

Resultados tão compensadores e perspectivas tão promissoras vem apresentando a iniciativa industrial de Volta Redonda, que estudos e projetos de expansão da usina estão já em fase bastante avançada, o que aliás tem sido objeto de lisonjeiros comentários da imprensa do país e dos Estados Unidos da América.

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

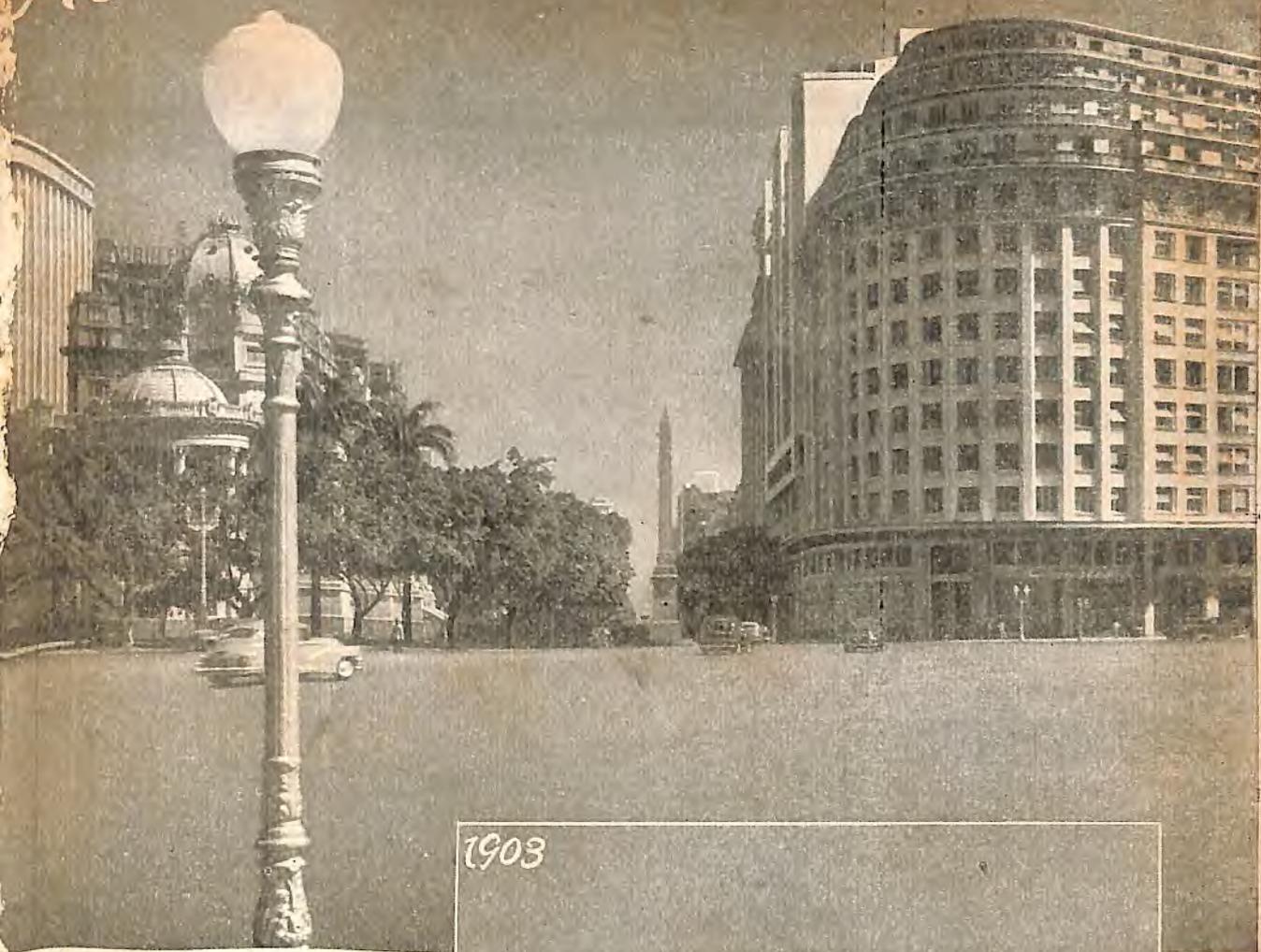
**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

RIO DE JANEIRO

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

**Cesar A. Cardoso**

Rua Uruguaiana, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro



1903



## AVENIDA RIO BRANCO...

(expressão do progresso numa metrópole)



Que contraste impressionante é ilustrado com as duas fotografias da entrada da nossa principal artéria, no espaço de 45 anos. A primeira só nos desperta sentimentos de nostalgia de outros tempos - dos fráques, chapéus-coco, guarda-sóis, tilburys, das yayás e dos kióques... *Vira-se a Folha do Tempo* - e mestre

João de Barro desvenda aos nossos olhos, na outra fotografia de idêntico local, o magnífico conjunto de detalhes dum estupendo progresso, onde se destaca a obra do homem aliada à excelência dos materiais. O cimento portland "MAUÁ" supera as especificações do mundo inteiro.



**produtos**



**veterinários**



**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO